

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ARQUITETURA E URBANISMO**

ROBERTA D'AGNOLUZZO LORANDI

**A PAISAGEM CULTURAL DA LINHA LEOPOLDINA NO VALE DOS VINHEDOS,
BENTO GONÇALVES - RS**

Bento Gonçalves, RS

2021

ROBERTA D'AGNOLUZZO LORANDI

**A PAISAGEM CULTURAL DA LINHA LEOPOLDINA NO VALE DOS VINHEDOS,
BENTO GONÇALVES - RS**

Relatório apresentado como requisito final para obtenção de aprovação na disciplina de Estágio Curricular, necessária ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul.

Campo de estágio:
Museu do Imigrante – Bento Gonçalves, RS

Orientadora:
Profa. Me. Arq. e Urb. Pauline Fonini Felin

Supervisora:
Arq. e Urb. Cristiane Bertoco

Bento Gonçalves, RS

2021

**A PAISAGEM CULTURAL DA LINHA LEOPOLDINA NO VALE DOS VINHEDOS,
BENTO GONÇALVES - RS**

Relatório apresentado como requisito final para obtenção de aprovação na disciplina de Estágio Curricular, necessária ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul.

Aprovada em ____/____/2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Me. Arq. e Urb. Pauline Fonini Felin
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Bento Gonçalves, RS

2021

RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida para a disciplina de Estágio Curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo, tem como finalidade apresentar o levantamento do contexto histórico e metodologia necessária para a caracterização visual da paisagem da Linha Leopoldina, no distrito do Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves. O estudo é apoiado pelo Museu do Imigrante com o intuito de agregar informações ao projeto Laços Patrimoniais. Além disso, propõe o reconhecimento para a valorização da paisagem cultural local a partir da identificação de suas características e peculiaridades que tornam este local único. Por meio de diversas visitas ao local e registro fotográfico, foi possível definir conexões e caracterizar os percursos escolhidos a fim de compreender a estrutura visual do sítio e assim estabelecer os locais com maior valor cênico. Desta maneira, é possível identificar culturas, histórias, memórias e fortalecer a identidade local para que possa ser determinado o seu potencial de preservação. Este trabalho explora também as qualidades visuais que valorizam especialmente a área e que correspondem a uma organização social e espacial específica.

Palavras-chave: Paisagem cultural, Linha Leopoldina, conexões, percursos, visuais, legibilidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bento Gonçalves em 1883.....	26
Figura 2: Bento Gonçalves em 1942.....	26
Figura 3: Mapa dos Colonos do Rio Grande do Sul, 1924.....	27
Figura 4: Antiga Capela de Nossa Senhora da Glória - 1894.....	29
Figura 5: Atual Capela de Nossa Senhora da Glória - 1937.....	29
Figura 6: Capela de Nossa Senhora das Neves - 1907.....	29
Figura 7: Capela de Nossa Senhora das Almas - 1928.....	29
Figura 8: Capela de Santa Lúcia - 1970.....	29
Figura 9: Constância do intervalo métrico.....	33
Figura 10: Relações espaciais qualitativas.....	34
Figura 11: Localização da Linha Leopoldina.....	38
Figura 12: Mapa da Linha Leopoldina - Distrito do Vale dos Vinhedos.....	39
Figura 13: Vista aérea da Linha Leopoldina - Distrito do Vale dos Vinhedos.....	40
Figura 14: Parreirais e vista do vale - Linha Leopoldina.....	40
Figura 15: Mapa Percursos e Conexões - Linha Leopoldina.....	41
Figura 16: Conexão C1.....	43
Figura 17: Visual de campo aberto.....	43
Figura 18: Visual de parreirais.....	43
Figura 19: Alargamento da visual.....	43
Figura 20: Alargamento da visual.....	43
Figura 21: Perfil AA - Percurso 1.....	43
Figura 22: Conexão C2.....	45
Figura 23: Conexão C3.....	45
Figura 24: Conexão C4.....	46
Figura 25: Conexão C5.....	47
Figura 26: Visual de campo aberto.....	47
Figura 27: Sub-Prefeitura.....	47
Figura 28: Visual de campo aberto.....	47
Figura 29: Visual dos vales.....	47
Figura 30: Perfil BB - Percurso 2.....	47
Figura 31: Conexão C6.....	49

Figura 32: Conexão C7.....	49
Figura 33: Visual de campo aberto, parreirais.....	49
Figura 34: Visual de campo aberto, parreirais.....	49
Figura 35: Visual de campo aberto, parreirais.....	50
Figura 36: Visual de campo aberto, parreirais.....	50
Figura 37: Perfil CC - Percurso 3.....	50
Figura 38: Conexão C8.....	51
Figura 39: Visual de campo aberto, parreirais.....	51
Figura 40: Cemitério.....	51
Figura 41: Casa bom estado de conservação.....	51
Figura 42: Casa mau estado de conservação.....	51
Figura 43: Mapa Áreas de Interesse – Linha Leopoldina.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estruturação de valores como atributos visuais percebidos como estímulo.....	37
Tabela 2: Atribuição de valores culturais - Percursos 1 e 2.....	54
Tabela 3: Atribuição de valores culturais - Percursos 3 e 4.....	55
Tabela 4: Quadro Síntese.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEDAC	Secretaria de Estado da Cultura
FAC	Fundo de Apoio à Cultura
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
APPAC	Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	10
1.2 DEMANDA DO CAMPO DE ESTÁGIO.....	10
1.3 OBJETIVO GERAL.....	11
1.4 JUSTIFICATIVA.....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 CONCEITUAÇÃO DE PATRIMÔNIO.....	12
2.2 CONCEITUAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL.....	14
2.3 CONCEITUAÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL.....	16
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CHEGADA DOS IMIGRANTES ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL.....	22
4. ORIGENS DE BENTO GONÇALVES E REGIÃO.....	24
5. ORIGEM DA LINHA LEOPOLDINA.....	26
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
7. CARACTERIZAÇÃO DA LINHA LEOPOLDINA.....	38
8. DIAGNÓSTICO DO LUGAR.....	40
8.1 PERCURSO 1.....	42
8.2 PERCURSO 2.....	44
8.3 PERCURSO 3.....	48
8.4 PERCURSO 4.....	50
9. QUADROS CONCLUSIVOS.....	52
10. FICHA DE INVENTÁRIO.....	57
11. CONCLUSÃO.....	65
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O desenvolvimento das primeiras comunidades no nordeste do estado do Rio Grande do Sul aconteceu através da imigração italiana, entre outras, e foi responsável pela formação cultural que até hoje é encontrada em diversos municípios, inclusive em Bento Gonçalves. A cidade guarda amplo legado remanescente desta colonização, sendo ela foco de interesses e turismo da Linha Leopoldina, objeto de estudo desta pesquisa.

Localizada no Distrito do Vale dos Vinhedos, a Linha Leopoldina é o sítio de estudo na qual é abrangido por este trabalho, com foco na sua paisagem cultural. Este conceito pode ser entendido como um conjunto de formas materiais e a maneira como elas se articulam em determinado espaço, como resultado da influência de determinada cultura associada a diferentes contextos históricos, estéticos e funcionais.

A modificação da paisagem natural por ações humanas ao longo do tempo começou a ser debatida em escala nacional a partir do ano de 2009 através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por meio da portaria IPHAN nº 129/2009, a paisagem cultural foi considerada como instrumento de preservação cultural brasileiro.

Esta pesquisa tem como finalidade analisar e compreender a paisagem cultural e o valor cênico da Linha Leopoldina, local com forte influência da colonização italiana e que reflete diretamente no seu desenvolvimento até os dias de hoje.

1.2 DEMANDA DO CAMPO DE ESTÁGIO

O trabalho propõe dar continuidade à pesquisa iniciada pelo Museu do Imigrante através do Projeto Laços Patrimoniais. Este projeto tem como propósito valorizar a paisagem cultural presente no interior do município de Bento Gonçalves através da elaboração de fichas de inventário.

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo principal da pesquisa é fazer a análise visual da paisagem e reconhecer o valor cênico encontrado através dos percursos propostos ao longo da Linha Leopoldina, localizada no Distrito do Vale dos Vinhedos, interior da cidade de Bento Gonçalves.

1.4 JUSTIFICATIVA

O trabalho tem como finalidade buscar maiores informações referente à paisagem cultural da Linha Leopoldina para agregar ao inventário de Bento Gonçalves. O estudo dará continuidade às pesquisas do Museu do Imigrante através do Projeto Laços Patrimoniais com o intuito de construir um inventário colaborativo para o município. Este projeto foi selecionado no edital Sedac 01/2019 “FAC Educação Patrimonial” para possibilitar a preservação do patrimônio histórico e cultural de Bento Gonçalves.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo dar suporte ao levantamento e análise de dados que irão sustentar este relatório. A seguir, será apresentada a conceituação dos seguintes termos para a melhor compreensão dos mesmos: Patrimônio, Patrimônio Cultural e Paisagem Cultural. O objetivo é dar continuidade à pesquisa do Museu do Imigrante, tendo em vista o projeto “Laços Patrimoniais: elaborando um inventário participativo para Bento Gonçalves”.

Para melhor entendimento e realização das conceituações, foi necessária a pesquisa histórica do Vale dos Vinhedos e do início da imigração italiana no município. Além disso, houve a consulta de teses e pesquisas universitárias, livros, vídeos e jornais que serviram de apoio para a realização deste estudo.

2.1 CONCEITUAÇÃO DE PATRIMÔNIO

O termo Patrimônio tem origem no direito romano: *patrimonium*. Remete à herança paterna de bens familiares, das gerações passadas, com o intuito de “transmitir bens”. Desta forma, o patrimônio se diferencia de bens comuns pelo fato de não poder ter o seu valor atribuído a uma moeda de troca.

Algumas medidas iniciais de conservação de antiguidades clássicas e de ruínas foram tomadas pelo papado de Roma, que ao longo do século XVIII teve o conceito de “herança” aumentando de maneira gradual com o objetivo de “dissipar a ignorância, aperfeiçoar as artes, além de despertar o espírito público e o amor pela pátria” (POULOT, 2009, p. 25).

A constituição do significado de patrimônio não nasceu pronta a partir de um congresso, por exemplo. O uso do termo foi gradual, sendo que no sentido comum, historicamente e até a atualidade, a palavra “patrimônio” e seus equivalentes constituem a noção de agrupamento de bens, tesouros e preciosidades do tempo passado. A partir do momento que este conceito se consolida, o mesmo é apropriado pelo pensamento acadêmico e pensamento crítico.

Os estudiosos brasileiros foram muito influenciados pelo conceito de patrimônio através do caso francês da construção gradual desta nomenclatura. Esta noção constituída na França se deu através do livro *La notion de patrimoine*, de Babelon e Chastel, 2010, onde os mesmos denominam diversas camadas que consolidam a ideia de patrimônio ao longo da história da França: fato religioso, monárquico, familiar, nacional, administrativo e científico.

O âmbito que deixou um legado sobre a formação do termo foi o religioso, onde a origem se deu através de espaços e bens sagrados deixados pela fé. Alguns objetos e construções sagradas para o cristianismo foram conservadas como patrimônio religioso associado à memória da prática da religião. Sendo assim, observa-se até hoje uma forte associação entre elementos e bens religiosos e o conceito de patrimônio.

No caso da França, a monarquia se institucionalizou através de bens físicos a tem como objetivo proteger bens como palácios, bibliotecas, arquivos reais, objetos

de arte e arquivos. Vemos como espelhamento dessa camada no Brasil, edificações de políticos nacionais importantes e de construções simbólicas do império sendo conservadas até hoje pelo seu caráter político.

Outra camada foi a nacional, que através da Revolução Francesa começou a ser forjada a noção moderna de patrimônio, onde lançou-se os sistemas para critérios de seleção e conservação de monumentos e objetos relevantes para a história nacional.

...é preciso destruir os símbolos do despotismo, mas preservar e conservar honradamente as obras primas das artes, tão dignas de ocupar o ócio e embelezar o território de um povo livre. (DECRETO DE SETEMBRO DE 1792 apud CHASTEL, 1990, p. 2)

As últimas camadas que consolidam e operacionalizam a ideia de patrimônio são os estágios “administrativo”, que prezava por catalogar, identificar e recuperar os bens, já o “científico”, que através de estudiosos e filósofos refletia-se sobre maneiras de como preservar, como intervir e como manter esses bens (BABELON e CHASTEL, 2010, p. 71 – 87). Ambos foram utilizados a fim de corrigir as assimetrias e desequilíbrios na sua administração, uma vez que a noção de patrimônio já estava consolidada nas primeiras décadas do século XX.

Após esta evolução do conceito de patrimônio, desenvolveram legislações nacionais para trazer uma postura de preservação “em nome do povo”, que receberia estes bens como herança. Desta maneira, toda e qualquer destruição foi qualificada como vandalismo e a preservação e conservação era entendida como uma forma de socialização dos bens.

A patrimonialização confundia-se com a narrativa de uma socialização progressiva e generosa de coleções e de títulos de propriedade: ao servir-se da pátria como ilustração, ela enaltecia o labor da ciência e os avanços da instrução. (POLOUT, 2009, p. 26 - 27)

No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, inspirado no modelo francês que se apoia em tradições políticas centralizadoras, é institucionalizada a ideia de preservação do patrimônio cultural nacional. Estas práticas ajudaram a formar uma concepção de nação.

Os conceitos que permearam a noção de patrimônio durante e instituição do SPHAN¹ seriam a de excepcionalidade do valor artístico, fatos memoráveis da história do Brasil e também regionais, além dos valores etnográfico ou bibliográfico. Desta forma, era através dos inventários técnicos que um bem se tornaria tombado ou não, pois neste momento, tombamento era sinônimo de preservação de patrimônio.

Nas últimas décadas, a ideia de patrimônio foi ampliada e ressignificada pois passa a envolver novos atores além dos burocratas estatais e dos intelectuais. As comunidades, por exemplo, que até então não tinham influência na escolha dos bens considerados importantes, passaram a ter papel ativo na decisão de quais exemplares possuem relevância para preservação. (FONSECA, 2005, p. 75).

2.2 CONCEITUAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

A ideia de patrimônio como monumento histórico, que é caracterizado pela sua excepcionalidade, valor artístico e histórico nacional, é abandonado e dá lugar ao conceito de patrimônio cultural. O mesmo passa a expandir a noção de monumento histórico demonstrando que o real significado de patrimônio não seriam apenas os bens como sujeitos individuais, mas sim a relação entre eles: paisagens, tradições, gastronomia, modo de expressão da arte, saberes populares, documentação, entre outros.

Este novo conceito de patrimônio se transformou gradualmente em uma ideia de caráter múltiplo, heterogêneo, e com maiores pretensões de inclusão social. Ou seja, o termo não abordará apenas um estado nacional ou um grupo social privilegiado, mas sim se aproxima do caráter social e secular. As definições passam de questões elitistas e grandiosas para vernaculares e cotidianas e de bens apenas materiais para bens intangíveis (LOWENTHAL, 1998).

O patrimônio deixa de ter um processo passivo, que preserva apenas objetos que permanecem no passado, e passa a ter um processo ativo, onde este passa a ser o próprio processo de escolha e relaciona a comunidade do presente com a

¹ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

comunidade do passado. Este processo ativo reúne não só os objetos e as construções, mas também os lugares e as práticas.

Tendo como base esse novo modo de ver e criar o patrimônio, se cria o envolvimento criativo com o passado no presente, que emerge da relação entre pessoas, objetos, lugares e práticas, sem distinguir ou priorizar o que é natural e o que é cultural, visando manter o passado vivo no presente para o futuro.

A partir dessa perspectiva, o campo do patrimônio passa a ter um deslocamento do interesse, que vai do objeto (edificação, documento, museu) para o sujeito (pessoa, comunidade, grupo étnico). Desta maneira, o patrimônio passa a ser reconhecido como uma construção intelectual das pessoas e o resultado de uma escolha pois já não dependem mais de valores culturais predeterminados.

Muñoz Viñas (2003, p. 152) afirma que o patrimônio é aquilo que os grupos ou pessoas concordam em entender como tal e seus valores não são algo inerente, indiscutível ou objetivo, mas algo que as pessoas projetam sobre eles. A patrimonialidade não vem dos objetos, mas sim dos sujeitos e, posto isto, a preocupação com os bens patrimoniais não são suas circunstâncias materiais, mas sim o caráter simbólico que os mesmos adquirem.

Para indivíduos exteriores ao grupo, que não conhecem seus códigos e as circunstâncias, tais valores podem parecer incompreensíveis ou mesmo ridículos. (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 49)

Esta ideia mais ampla de patrimônio não se resume apenas aos conceitos e pensamentos acadêmicos, mas também possui embasamento na Constituição Federal de 1988:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 216)

2.3 CONCEITUAÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL

Carl Sauer (1996) relaciona geografia com a paisagem da seguinte forma:

A geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana. (SAUER, 1996)

A polissemia do conceito de paisagem começa ainda na formação das palavras nas línguas europeias e a explicação para tal ambiguidade provém que o termo significa tanto um ambiente real como uma representação deste ambiente. Já nos idiomas provenientes do oriente, ao contrário dos europeus, estes dois significados correspondem a palavras de diferentes raízes (MADERUELO, 2006, p. 31).

Ao longo do tempo, muitos autores já se dedicaram à tentativa de encontrar as origens do conceito de paisagem. Cosgrove (1985, p. 46) afirma que este teria surgido entre os séculos XV e XVI, com a ideia inicial de ser uma maneira de ver o mundo externo. Já Maderuelo (2006, p. 13) situa os primórdios deste conceito em momentos ainda mais antigos:

[...]este conceito se inicia na cultura romana, mas devido a uma série de acontecimentos, não se consolida até o final quando os arquitetos constroem vilas e jardins de recreio, os poetas se comprazem em descrever lugares, os artistas pintam vistas sem outro objetivo senão deleitar-se em contemplação e surge, por fim, uma palavra concreta e específica para nomear estas atividades do Renascimento. (MADERUELO, 2005, p. 13)

A paisagem é fomentada como um debate acadêmico. Ao contrário do patrimônio que demorou muito tempo para ser apropriado pela pesquisa, a paisagem vai ocupar o debate filosófico, geográfico e das ciências naturais. Dessa forma, o termo vai ser decodificado muito rapidamente e de maneira intensa. Para Simmel (2009), a origem do termo paisagem é entendido a partir da ruptura decorrida entre a natureza e a cultura, pois a natureza não possui divisões. O homem que traça essa linha divisória entre um local e outro através de características, chegando a um conceito de paisagem.

A natureza, que no seu ser e no seu sentido profundos nada sabe da individualidade, graças ao olhar humano que a divide e das partes constitui unidades particulares, é reorganizada para ser a individualidade respectiva que apelidamos de “paisagem”. (SIMMEL, 2009, p. 07)

É na geografia alemã que por excelência o pensamento paisagístico se estrutura enquanto repertório conceitual científico. É nela que a paisagem vai ser instrumentalizada como um conceito para pesquisas socioespaciais e para interpretação de territórios. É a partir disso que o conhecimento desenvolvido pelos geógrafos alemães torna seus estudos influentes em o todo mundo.

Para Alexandre Von Humboldt (1769-1859), a paisagem seria a unidade, o caráter total. Ela representa a essência de uma região. Da mesma forma e num período semelhante, Carl Ritter (1779-1859) utiliza o determinismo, que explica os fatos humanos em função dos fenômenos físicos. Ambos autores foram fortemente influenciados pelo romantismo e pelo idealismo. Contudo, estes pensamentos, ao final do século XIX, davam lugar ao positivismo e ao naturalismo.

O objetivo de ambos geógrafos, que era realizar sínteses globais de todo o globo terrestre com base na narrativa romântica dos fenômenos naturais e culturais, iria dar lugar a investigações empíricas e concretas, baseadas na observação e no método experimental (CAPEL, 1983, p. 84-85).

A paisagem, assim como o conceito de patrimônio, vai ser instrumentalizada para a construção de estados nacionais. Como houve uma divisão política da Alemanha durante grande parte do século XIX, o *Landerkund* passou a ser acionado para fornecer conhecimento e justificar reivindicações territoriais. O conceito de *Landschaft* (Paisagem) já era amplamente utilizado na educação escolar, como um facilitador introdutório à geografia mais abstrata e em uma escala mais ampla (ANTROP; EETVED, 2017, p. 15).

Outro significado para o desenvolvimento da ideia de paisagem vem do geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904), que começa a fomentar o conceito de *Kulturlandschaft* (paisagem cultural), que indica paisagens naturais transformadas pela ação do homem. Já Otto Schlüter (1872-1895) faz a distinção entre *Kulturlandschaft* (paisagem cultural) do *Naturlandschaft* (paisagem natural), dando origem ao *Urlandschaft* (espaço selvagem). Ambos estudiosos foram muito influentes nos Congressos Geográficos realizados na Europa na década de 1930. (STOCKER Jr, 2018)

O conceito de paisagem cultural iniciado por Ratzel obteve uma definição por Carl Otwin Sauer, em 1925:

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado. [...] A força que modela [...] está na própria cultura. (SAUER, 1998, p. 59)

Sauer toma, então, a paisagem natural como um substrato que está sempre submetido a uma transformação nas mãos do homem. A paisagem é modelada pelas comunidades humanas, tornando o resultado deste processo o fator morfológico mais importante enquanto objeto de estudo. (SAUER, 1998, p. 59)

Segundo Sauer (1996), através da observação da paisagem natural e do acompanhamento do desenvolvimento da mesma ao longo do tempo até a formação da paisagem cultural atual, é possível entender que a paisagem cultural expressa o trabalho do homem sobre o espaço. Dessa forma, esta não é estática, está sujeita a mudar, tanto pelo desenvolvimento da cultura como pela substituição desta. Assim haveria um momento de desenvolvimento da paisagem cultural até que esta alcançasse o clímax, passando então a um período de decadência onde poderia haver a imposição de uma nova cultura que iniciaria o processo de construção de sua paisagem cultural novamente. Dessa forma, havendo a introdução de uma cultura exterior, a paisagem cultural sofre um rejuvenescimento ou uma nova paisagem cultural é construída sobre os remanescentes da antiga. (SAUER, 1996 apud RIBEIRO, 2007, p. 22)

Após a Segunda Guerra mundial, por um momento houve um declínio nos estudos de paisagem. Então, com o surgimento das ciências sociais houve um resgate do conceito de paisagem, no contexto de uma ligação epistemológica e metodológica entre a história e a geografia. Na integração dessas disciplinas, admitiu-se que a temporalidade e a espacialidade seriam dimensões inseparáveis na configuração das paisagens.

O antropólogo estadunidense, Alfred Kroeber (1876-1960) acreditava que a cultura justificaria as diferentes realizações do homem sobre a terra, mais do que a genética ou as condições do meio. Segundo o autor, é através da cultura que as sociedades desenvolvem meios de adaptação aos diferentes ambientes, e não a natureza ou a genética que determinariam o tipo de sociedade que ocupa determinado

espaço, como queriam os deterministas. Nessa abordagem, a cultura possui, em si mesma, um valor autoexplicativo, não necessitando ser explicado. (LARAIA, 1986 apud RIBEIRO, 2007, p. 20)

Para Ribeiro (2007), a proposta que foi aprovada na 16ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (1992) foi desenvolvida por especialistas de diversas áreas do conhecimento científico. Entre estas destaca-se a arqueologia, história, geografia, arquitetura e planejamento. Na ocasião desta sessão, foi definida a paisagem cultural como:

[...] bens culturais que representam as obras conjugadas do homem e da natureza a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos povoados ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas. [...] As paisagens culturais frequentemente refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras mantém a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das paisagens culturais tradicionais seja útil para a manutenção da diversidade biológica. (UNESCO, 2013, p. 70 apud PEREIRA, 2018, p.33)

Ainda na 16ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em seu documento final, as paisagens são consideradas ilustrações da evolução da sociedade humana e suas acomodações ao longo do tempo, sobre a intervenção dos acasos apresentados pelo ambiente natural, assim como pelas influências das forças sociais, econômicas e culturais que nelas interferem. Estas paisagens culturais deveriam ser eleitas com base no seu valor universal e pela sua representatividade numa região com características geoculturais, além de ter a capacidade de ilustrar a essência dos elementos culturais dessa região.

A UNESCO (1992) também cria três classificações para as paisagens culturais. Uma delas é as **Paisagens Claramente Definidas**, que são as desenhadas e criadas propositalmente como jardins e parques construídos com finalidade estética. Outra classificação é a **Paisagem Evoluída Organicamente**, onde a mesma é o resultado da intenção inicial nas esferas social, econômica, administrativa e religiosa, na qual o desenvolvimento da sua forma é associado ao seu meio natural e em resposta ao mesmo. A terceira e última classificação é a **Paisagem Cultural Associativa**. Trata-

se das paisagens que possuem valor atribuído com base nas associações feitas sobre as mesmas, mesmo que não haja manifestações de intervenção humana.

Segundo Pereira (2018), a categoria de paisagem cultural não deve ser confundida, no que tange tombamento, com paisagens relacionadas ao patrimônio natural e aos jardins históricos. Esta categoria, instituída pelo IPHAN, sofreu influência de três processos. O primeiro foi vinculado às práticas internacionais que estavam ocorrendo no mesmo período que aconteceu a Convenção do Patrimônio Mundial (1972). O segundo procura uma visão mais abrangente com relação aos bens já protegidos e sobre o modo como a diversidade cultural brasileira estava ou não representada no mapa de patrimônio cultural do Brasil. Já o terceiro processo visa a necessidade de criação de novos e mais adequados instrumentos de proteção de bens em contextos dinâmicos e frágeis em que a atuação do Estado poderia transformar positivamente as realidades locais.

Para Weissheimer e Mongelli (2017, p. 236 apud PEREIRA, 2018, p.68), a presença do IPHAN em todo o território nacional significou “uma mudança de olhar para a política do instituto”, pois, “ele precisava se fazer representar e também ser representativo e, para alcançar as mais diversas realidades brasileiras, tinha que alargar o conceito de patrimônio e criar novos instrumentos”.

Seguindo com este pensamento, as autoras citadas acima salientam que:

[...] a ação institucional foi orientada para o aumento quantitativo de bens protegidos, a fim de ressaltar o patrimônio paisagístico e etnográfico e identificar valores culturais em lugares até então não reconhecidos ou não privilegiados pela prática preservacionista. O anseio, igualmente, era compreender o território de modo ampliado, com base em sua formação e na identificação dos macroprocessos históricos, permitindo, também, a interpretação dos bens culturais protegidos não isoladamente, por suas características individuais, mas de modo correlacionado, configurando redes de proteção com bases territoriais. (WEISSHEIMER & MONGELLI, 2017, p. 237)

Com relação à proteção das paisagens culturais, Delphim (2004, p. 07) aponta a necessidade da criação de uma política que proteja e permita uma gestão compartilhada entre o Poder Público e a sociedade civil destas paisagens através da supervisão do órgão de preservação do patrimônio cultural. Este apontamento é justificado pelo arquiteto com o pretexto de que o tombamento nem sempre seria o instrumento de proteção adequado quando relacionado à paisagem por estar em constante mudança, seja ela por ação da natureza ou pelas ações do homem.

Quanto à identificação e leitura da paisagem cultural, Delphim (2006) aponta que a leitura do espaço por meio de uma abordagem da paisagem vai além do tratamento entre patrimônio material e imaterial, pois necessita do entendimento de dinâmicas da natureza, invisíveis ao ponto de vista do observador:

A leitura da paisagem cultural é muito mais ampla do que se supõe. Este fascinante estudo não se limita à leitura do homem e de suas marcas sobre um mundo natural incessantemente sujeito às transformações que ele lhe imprime. Mais do que isto, exige as percepções das formas como a paisagem atua sobre suas atividades, uma relação mútua que influi, condiciona ou determina condições biológicas e de todas as manifestações da cultura. Difere substancialmente da visão ecológica que enfatiza processos biológicos. Inclui todos os elementos do mundo natural, rural e urbano, as interações entre todos eles e o conjunto de processos que constituem. Todas as paisagens, desde que transformadas pelo homem, tem significado cultural. (DELPHIM, 2006, p. 07)

Desta maneira, o técnico também destaca as motivações para o reconhecimento das paisagens naturais:

Inúmeras formas de paisagem e sítios no país apresentam excepcionais valores históricos, paisagísticos, artísticos, arqueológicos, paleontológicos, espeleológicos, ecológicos, étnicos e científicos, sob a forma de percepção de um órgão de cultura. Todavia, permanecem sem qualquer forma de proteção por não serem reconhecidos pelos órgãos ambientais e por não existir uma forma de legislação cultural que lhes reconheça e proteja. (DELPHIM, 2006, p.07)

Em 2007, além da produção de reflexões teóricas sobre o conceito de paisagem cultural, inicialmente com a edição do primeiro número da *Série de Pesquisas e Documentação do IPHAN (Paisagem Cultural e Patrimônio do geógrafo Rafael Winter Ribeiro)*, houve durante o primeiro encontro para o desenvolvimento das cartas patrimoniais: Carta de Bagé e Carta da Serra da Bodoquena, baseado na formação da noção de patrimônio cultural através da Constituição Federal de 1988, a definição de paisagem cultural como:

Artigo 2 - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais; Artigo 3 - A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural; [...] Artigo 11 – A paisagem cultural inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano; (IPHAN, 2007, p. 02-03)

É recomendado pelo IPHAN (2004) que exista diferenciação entre paisagem e áreas de paisagem cultural, na qual a última é entendida como uma parte com caráter específico da primeira. Desta maneira, essa definição se diferencia daquela da geografia tradicional na qual afirma que paisagem cultural é toda e qualquer paisagem alterada pelo homem.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CHEGADA DOS IMIGRANTES ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

O processo de colonização das áreas não ocupadas do Brasil ocorreu a partir das últimas décadas do século XIX através da chegada de milhares de imigrantes. Com o decorrer da implantação da Abolição da Escravatura, a mão-de-obra destes foi empregada para substituir o trabalho escravo, além de ter como objetivo o “branqueamento do Brasil”.

Segundo Bertussi et al (1987), durante 1875 a 1889, período de colonização promovido pelo Governo Imperial, foram introduzidos 42.000 imigrantes e durante os Governos Republicanos foram inseridos mais 33.000. No total foram trazidos aproximadamente 75.000 imigrantes para servir como mão-de-obra na lavoura cafeeira que estava em expansão na época.

Os motivos apontados para o processo de emigração de inúmeros camponeses da Itália, durante o século XIX, foram a miséria e a fome, a dificuldade de encontrar trabalho devido ao excesso de mão-de-obra causado pelo início da industrialização, escassez de terras e as guerras ocasionadas pela Unificação Italiana. Desta maneira, os emigrantes vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida.

A oferta de terras a serem colonizadas no outro lado do mundo aconteceu de modo a iludir esses camponeses com a ideia e garantia de terras fartas e prósperas, já com a infraestrutura necessária para a chegada e instalação dos mesmos. Eram até feitas comparações do Brasil a uma Canaã, insinuando vegetação exuberante e produção de sustento sem muito esforço e trabalho.

As descrições feitas e repetidas várias vezes pelo emissário do sr. Bernardis deixaram aquelas famílias totalmente fanatizadas, resolvendo seguir a qualquer custo e dando início assim à venda das propriedades, animais, móveis e tudo que possuíam, afim de

reunir recursos para as primeiras despesas, só conservando as roupas e o que necessitassem para a longa viagem. Precisava ver como a alegria era geral, quantas festas, quantos comentários eram feitos sobre o incerto futuro e como todos somente se preocupavam com os preparativos de viagem embora se afastassem definitivamente dos parentes e amigos, do torrão natal, desse aconchego do lar que os havia visto nascer, da Pátria, enfim, da Pátria tão querida e tão amada. (LORENZONI, 1975, p. 16-17)

Contudo, os colonos não tinham o conhecimento que na sua chegada teriam de adentrar em florestas virgens, onde, há séculos, havia apenas tribos indígenas sem contato com outras culturas, além de animais selvagens que utilizavam tais matas como habitat.

Na saída da Itália, vindos em maioria do porto de Gênova, os imigrantes cruzaram o Atlântico em navios a vapor. Os colonos que tinham como destino o Rio Grande do Sul acabavam tendo sua viagem prolongada por mais um mês. A falta de salubridade e a alimentação inadequada enquanto estavam nos navios acarretou em diversas enfermidades que se estenderam até depois da sua chegada, além de inúmeros mortos. (CAPRARA; LUCHESE, 1999, p. 12)

Os imigrantes chegaram inicialmente no Rio de Janeiro, onde permaneceram por alguns dias. Posteriormente, embarcaram em paquetes em direção ao Rio Grande do Sul abrigados apenas por cobertura de lona, na qual a viagem demorava seis dias. Os colonos que chegavam em Porto Alegre, que posteriormente seriam destinados à Encosta Superior do Nordeste (Conde d'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves), necessitavam esperar ainda mais até que as bagagens fossem entregues aos donos e as listas nominais fossem lidas e conferidas.

Para os primeiros imigrantes que se estabeleceram em Dona Isabel (Bento Gonçalves), Conde d'Eu (Garibaldi) e Nova Palmira (Caxias do Sul) durante os anos de 1875 e 1880, houve uma tutela do governo imperial, na qual receberiam um lote e uma pequena casa de madeira, além de ferramentas para conseguir iniciar seu trabalho na terra. Existia também o auxílio de um salário até realizarem a primeira colheita. Entretanto, estes benefícios não foram oferecidos aos que chegaram posteriormente a esta data.

Contudo, mesmo com os auxílios não foi possível colonizar sem enfrentar problemas como o desbravamento de matas, a construção de um abrigo provisório, miséria, falta de médicos e abuso no tratamento recebido pelas autoridades. Há

também o relato de materiais insuficientes para estruturar e manter o grande número de imigrantes que chegaram nestas terras a partir de 1876. (CAPRARA; LUCHESE, 1999, p. 16)

4. ORIGENS DE BENTO GONÇALVES E REGIÃO

As terras devolutas do Império no Rio Grande do Sul conformam uma grande área chamada, atualmente, de Encosta Superior do Nordeste. Parte desta região era utilizada por tropeiros que vinham dos Campos de Cima da Serra em direção à capital em busca de mantimentos que necessitam como arroz e açúcar e para a venda do que produziam como o charque e o queijo.

Durante as travessias destes tropeiros pelo local que até então era chamado de colônia Dona Isabel teve seu nome alterado para Cruzinha. Segundo Júlio Lorenzoni, existem divergentes explicações para a origem do nome Cruzinha:

Era o nome exatamente como era conhecida a etapa final desse primeiro esquadrão de pioneiros, renovados bandeirantes, e assim chamava-se devido a uma rústica cruz cravada sobre o túmulo de um tropeiro, morto naquele lugar, onde, como já citei, costumavam sustar os tropeiros que, partindo dos campos da Vacaria, carregados com queijos, carne seca, mate crina e os produtos dirigiam-se a Montenegro onde faziam suas provisões de sal, arroz, café, açúcar, etc.

Esse fornecimento era feito umas duas ou três vezes por ano. A cruz que falo, eu mesmo cheguei a vê-la; lembro-me ainda onde estava colocado à minha chegada em 1884, isto é, de baixo de uma espinheira, defronte ao lote número quinze da Linha Geral Leste, de propriedade do colono Mateus Valduga. (LORENZONI, 1975)

Outra explicação para o nome Cruzinha é trazida pelo livro Cinquentenário dela Collonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud:

Antes da imigração, esta selva selvagem, áspera e forte era conhecida pelo nome de Cruzinha, devido a uma pequena cruz de madeira à margem da estrada, mais ou menos no lugar onde se encontra atualmente a agência do Banco Pelotense. Parece que aí foi sepultado um alemão que fazia parte de uma companhia de traçadores de estrada que, partindo de Taquara atingia Lagoa Vermelha e daí descia pela Roça Reiúna e Cruzinha, até Montenegro. (COLLONIAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD apud CAPRARA; LUCHESE, 1999, p. 17)

Para receber os imigrantes, Bertussi et al (1987) afirma que, as colônias ali existentes foram divididas em glebas denominadas “linhas” com formato regular e

retangular mesmo que a topografia da região fosse acidentada. As picadas abertas para delimitar as linhas deram início às primeiras estradas da colônia.

Após 1870, momento que a colônia Dona Isabel foi criada, vieram engenheiros e agrimensores nomeados pelo Império para realizar a demarcação das linhas e lotes. Junto com a medição, efetuou-se também observações da qualidade do solo, onde foi constatado, pelo Ministério da Cultura em 1876, que o solo de Dona Isabel era muito fértil e que, apesar de ser um território íngreme, possuía condições para o cultivo de vinha, centeio, trigo, entre outros. Sendo assim, essas foram as primeiras culturas a serem cultivadas pelos imigrantes instalados na região.

Segundo Caprara e Luchese (1999), os primeiros colonos a povoarem a colônia de Dona Isabel foram 48 famílias francesas, contudo, pela precariedade da colônia, os mesmos não conseguiram se estabelecer. Já em 24 de dezembro de 1875, famílias de italianos trentinos se estabeleceram na colônia.

As autoras relatam ainda que as primeiras famílias foram sendo estabelecidas na Linha Estrada Geral e, na sequência, inúmeras outras famílias se assentaram nas Linhas Palmeiro, Leopoldina, Jansen, Faria Lemos, entre outras.

Os imigrantes recém chegados nos lotes que lhes foram definidos, iniciavam a construção de abrigos temporários, já que a maioria das famílias recebiam lotes sem estas casas provisórias. Era necessário também o desmatamento de uma pequena parte do lote, próxima à casa, para a inicialização do cultivo. Entretanto, as primeiras plantações não obtiveram êxito devido ao ataque de animais, falta de técnica e conhecimento, bem como problemas climáticos como secas ou enchentes.

Com o passar do tempo, o crescimento da colônia, aumento da economia local e desenvolvimento de uma pequena estrutura urbana com comércio e manufaturas, resultou, após a elevação do povoado para ser o 4º Distrito de São João de Montenegro em 1884, a conquista da emancipação no ano de 1890. Sendo assim, as colônias Dona Isabel e Conde d'Eu conformaram o município de Bento Gonçalves e Garibaldi.

Conforme Caprara e Luchese (1999), o município de Bento Gonçalves foi organizado através de distritos. Inicialmente foram estabelecidos cinco: Vila, Zemith,

Palmeiro, Conde d'Eu e Azevedo de Castro. Em 1892 houve uma reunião na qual redividiu o município nos seguintes distritos: Distrito da Vila (englobando os distritos de Vila e Palmeiro), Distrito de Conde d'Eu (englobando os distritos Conde d'Eu e Azevedo de Castro, e o terceiro distrito seria o Zemith.

A conformação de Bento Gonçalves sofreu ainda diversas modificações ao longo dos anos, chegando, no ano de 2000, à sua formação atual. Desta maneira, o município está dividido em: Distrito Sede, Distrito de Faria Lemos, Distrito de Tuiuty, Distrito de São Pedro e Distrito do Vale dos Vinhedos.

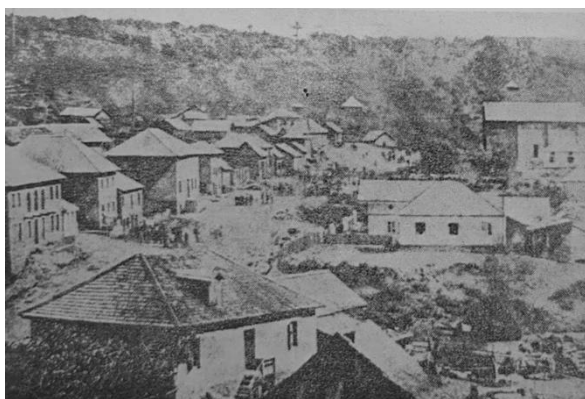


Figura 1: Bento Gonçalves em 1883

FONTE: Júlio Lorenzoni (1975)



Figura 2: Bento Gonçalves em 1942

FONTE: Júlio Lorenzoni (1975)

5. ORIGEM DA LINHA LEOPOLDINA

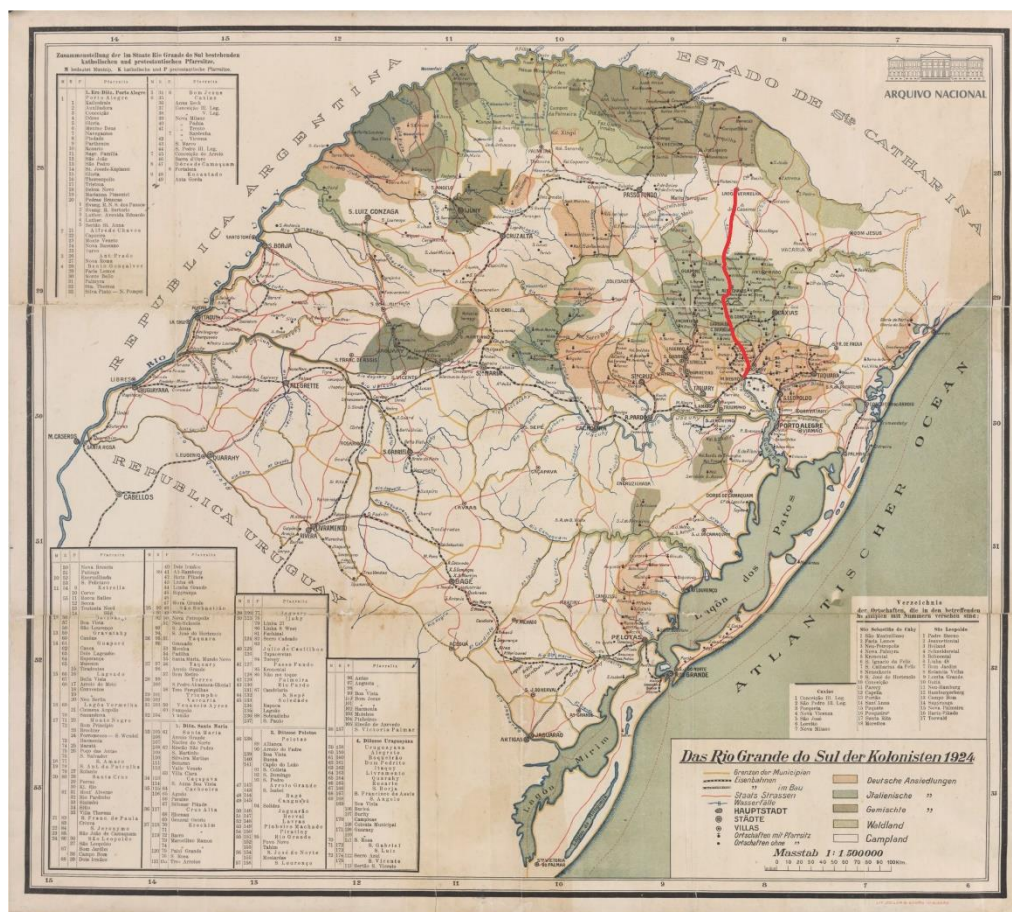
O Distrito do Vale dos Vinhedos é o mais recente na organização do município de Bento Gonçalves. O mesmo é composto pelas Linhas Leopoldina, Graciema e Zemith. A Leopoldina é uma das linhas mais antigas da colônia Dona Isabel pois foi povoada nos primeiros anos da colonização italiana.

Júlio Lorenzoni (1975) faz uma descrição da linha Leopoldina:

Leopoldina é o nome de uma das primeiras linhas da ex-colônia Dona Isabel, que é situada de levante a poente. Conta ela com cerca de cento e oitenta lotes rurais de duzentos e vinte metros de frente por mil e cem de comprimento, todos já ocupados. Estende-se essa linha até Santa Tereza, pequena fração à margem esquerda do Rio das Antas, e tendo sua numeração: os números pares para os lotes do Norte e os ímpares ao Sul, isto é, vizinhos à Linha Graciema.

As casas coloniais na sua maior parte, eram de madeira e, da mesma forma, as cozinhas, os barracões, as estrebarias e as cantinas. Eram todas também cobertas de tabuinhas, visto terem encontrado muitos pinheiros em seus lotes e esta madeira apresentar a facilidade de poderem transformar em tábuas, tabuinhas para cobertura ("scândole"), vigas, etc.

Os primeiros colonos aqui chegados, quase todos de Trento, estabeleceram-se nos primeiros cem lotes da referida Linha Leopoldina e, uma grande parte, ao longo da Linha Geral, que era justamente a primitiva estrada transitável a mulas e cavalos, e que partindo de Lagoa Vermelha, desembocava em São João de Monte Negro, num percurso de mais de duzentos quilômetros. (LORENZONI, 1975)



— Linha Geral: de Lagoa Vermelha até São João de Monte Negro

Figura 3: Mapa dos Colonos do Rio Grande do Sul, 1924

FONTE: Arquivo Nacional do Brasil – ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

É relatado pelos moradores que no início da colonização da linha Leopoldina, os lotes eram considerados extensos e com pouco povoamento pelas famílias ali residentes. Desta forma, as mesmas decidiram doar a metade destas terras para os imigrantes recém chegados. Conforme afirma Júlio Lorenzoni (1975), a área de cada lote na Leopoldina passou de 484.000m² para 242.000m². Esta seria a origem do nome da Linha Graciema, vinda do termo “dada de graça”.

Nos primeiros anos de colonização da linha os colonos conseguiram desenvolver uma economia bem diversificada. Cada família cultivava trigo, feijão, uva, batata, arroz e frutas que eram consumidos pelas famílias. Contudo, todo o excedente

da produção dificilmente era vendido, já que os meios de transporte eram deficitários. Sendo assim, Júlio Lorenzoni (1975) descreve que, em seu estabelecimento na linha Leopoldina em 1884, houve fartura de comida para estes imigrantes devido à dificuldade de venda do excedente:

Falo com franqueza que, vindo de Santa Maria, onde somente conhecia o vinho do Porto e outro de nome Carlon, também português, bem inferior, parecia-me um sonho ter chegado a um lugar de tanta abundância de cereais, vinhos, galinhas, porcos e etc. Todos também tinham vacas e animais de sela para seus trabalhos; em suma, naquelas casas haviam de tudo, a começar pelo pão, sempre fresco, salames, copa, queijos, banha, toucinho, leite, ovos, etc. [...] Como estava comentando, havia fartura de tudo, devido especialmente ao nenhum comércio existente naquele tempo, por absoluta falta de vias de comunicação e, portanto, o preço de vários produtos era deveras irrisório.

Seria esse um possível motivo pelo qual a cultura dos imigrantes italianos é reconhecida, até hoje, pela sua fartura, no que se refere à alimentação. Esta característica é de fato um símbolo cultural da região colonizada por estes italianos.

A instituição do Distrito do Vale dos Vinhedos foi realizada na Capela das Almas, na linha Leopoldina, em 1990. Das três linhas pertencentes ao Distrito, a linha Leopoldina é composta pelas seguintes comunidades: Capela das Neves, Capela das Almas, Capela da Glória e Santa Lúcia.

A reunião dos colonos em torno das capelas e das atividades que eram realizadas nelas foi a forma que as famílias imigrantes encontraram para reconstruir sua cultura e, desta forma, amenizar os sofrimentos decorridos do abandono da antiga pátria e adoção de uma nova vida. Abaixo, imagens e data da construção das capelas existentes na linha Leopoldina, marcos históricos da comunidade local:



**Figura 4: Antiga Capela de
Nossa Senhora da Glória – 1894**

FONTE: Saulo Pompermayer



**Figura 5: Atual Capela de
Nossa Senhora da Glória - 1937**

FONTE: Saulo Pompermayer



**Figura 6: Capela de Nossa
Senhora das Neves - 1907**

FONTE: Saulo Pompermayer



**Figura 7: Capela de Nossa
Senhora das Almas - 1928**

FONTE: Saulo Pompermayer



**Figura 8: Capela de
Santa Lúcia - 1970**

FONTE: Saulo Pompermayer

Dentre as quatro capelas existentes na linha Leopoldina, a que é mais conhecida, devido ao modo em que foi construída, é a Capela de Nossa Senhora das Neves. Segundo Remy Valduga (2015), durante sua construção, na primeira década do século XX, houve uma forte estiagem que impediu a continuação da obra. Sendo assim, cada uma das vinte famílias doou trezentos litros de vinho para que fosse utilizado na produção da argamassa e então finalizar a construção da Capela.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de atingir os objetivos propostos, o presente trabalho foi desenvolvido por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica está exposta com enfoque nas abordagens metodológicas e conceituais.

Para compreender a percepção da paisagem é necessário entender a formação da noção do espaço em que estamos. Para Kohlsdorf (1996), esta noção é uma necessidade essencial e universal, pois é desenvolvida de forma permanente através de contínuas e sucessivas apreensões dos lugares.

A apreensão do lugar acontece, obrigatoriamente, a partir de sua forma física, através de inúmeras abordagens de caráter arquitetônico e geográfico da cidade, além dos estudos voltados para o entendimento e observação dos mecanismos cognitivos. Desta forma, se faz necessária a observação dos lugares como composições plásticas, como elementos relacionados em conjuntos, e também totalidades. A ideia de totalidade resulta em composição, que seria a existência de um relacionamento inevitável entre as partes e o todo.

O processo de apreensão da forma dos lugares é a condição básica e indispensável para o desenvolvimento da noção de espaço. Contudo, a ideia de composição como conjunto ou a organização de elementos de configuração físico-espacial não é estática, pois a composição é um objeto com caráter dinâmico, que sofre transformações.

Kohlsdorf (1996) afirma que para descrever e representar geometricamente a paisagem, é necessário investigar a formação e comportamento das formas físicas como fenômenos. Há também a vinculação aos aspectos socioculturais, que estão presentes tanto nas questões estéticas quanto nas questões informativas. Sendo assim, estas características sugerem que a forma do espaço seja trabalhada tanto como realidade objetiva quanto fenômeno observado.

A etapa inicial do processo cognitivo é chamada de apreensão, que está relacionada diretamente com informações no âmbito sensível. Desta maneira, a

mesma ocorre num senso comum, no conhecimento científico e na ideologia, tendo como mecanismo de acontecimento no momento em que sujeitos e resultados de diferentes modos de conhecimento se encontram.

A autora destaca diversos níveis cognitivos responsáveis pelo desenvolvimento da apreensão do espaço, sendo o primeiro deles as *sensações*. Elas são responsáveis pelo contato inicial que temos com os lugares e representam a ligação mais próxima da consciência do indivíduo com a realidade do objeto. A partir da psicologia de Gestalt foi demonstrado a existência de uma interação constante entre os órgãos responsáveis pelos sentidos e, sendo assim, as sensações não são elementos independentes, nem sua associação é um ato único do pensamento. As mesmas obedecem a uma função determinada junto às expectativas sociais e servem para orientar o indivíduo no espaço e identificar os lugares.

Outro nível cognitivo citado por Kohlsdorf (1996) é a *percepção*, onde a teoria do reflexo sensorial considera o processo de percepção como a continuidade do aprendizado que é iniciado com a criação de sensações. Entretanto, Piaget afirma que é somente durante a percepção que são iniciados os processos cognitivos, já que é a partir desta ação que acontece a reprodução intelectual da realidade. Portanto, é possível concluir que a percepção resulta da sensação, não como meros produtos isolados, mas como uma nova forma de reflexo sensorial.

A *formação da imagem mental*, outro nível cognitivo, é a primeira grande desconformidade entre o espaço percebido e a imagem espacial. No espaço percebido o sujeito e o objeto estão presentes obrigatoriamente, já na imagem espacial o sujeito dispensa a proximidade com o objeto no caráter físico. Autores como Piaget e Inhelder caracterizam a imagem como o ato de interiorizar a imitação, ou seja, a imagem é uma imitação simbólica de ações já executadas.

O nível cognitivo *intuição* é definido como o raciocínio lógico na qual se afirma algo, mas não se comprova. A mesma está atrelada aos sentidos, à imaginação e à percepção, contudo não se limita a isto porque esta atividade também exerce uma ação sobre a leitura das características fornecidas pelas coisas, manifestando-se como uma inteligência em caráter ainda não formalizado. Desta forma, a intuição do

espaço possibilita o desenvolvimento necessário para a ordenação de seus elementos, a partir do contato inicial.

Maria Elaine Kohlsdorf (1996) ainda cita *a formação da noção de espaço* como nível cognitivo. Esta noção ocorre desde o nascimento, concomitantemente aos demais desenvolvimentos mentais, cria-se a própria inteligência. A mesma é caracterizada por ser primordialmente em decorrência da ação e da vivência e, desta maneira, define-se por relações topológicas, ou seja, localização do corpo no espaço. Estas relações estabelecem diversos vínculos de afastamento ou proximidade entre o corpo e os limites físicos e visuais dos locais onde ele está.

As formas e características diferentes dos locais impõem condições que podem diferenciar a apreensão entre os indivíduos. Desta forma, os lugares possuem potenciais específicos a serem entendidos pelo observador como uma das conjecturas para agir e até transformar a realidade. Todos os julgamentos transcorrem por diversos modos de conhecimento do espaço, o que torna necessária a explicação para quais pretensões sociais determinado local é bom, ruim ou medíocre.

Para poder avaliar a qualidade do lugar com base nos objetivos sociais ali presentes, Kohlsdorf (1996) propõe utilizar os procedimentos de análise topoceptiva, cujo principal objetivo é demonstrar as diferenças morfológicas na qual o espaço se manifesta ao observador através dos inúmeros níveis do conhecimento do mesmo.

É sugerido pela autora valer-se da técnica de análise sequencial para reunir os elementos e as relações características da percepção do espaço. Esta técnica propõe representar a passagem progressiva do que é visto para o que é percebido através da sucessão dos registros selecionados para compor a morfologia de determinado local.

A técnica de análise sequencial é baseada em diversos eventos, onde os *eventos gerais* são compostos por estações e intervalos. As estações são os instantes durante o percurso onde há o registro perceptivo. Elas dizem respeito à consciência dos estímulos sensoriais que o observador recebe. Sendo assim, a velocidade do observador está diretamente relacionada à maneira em como o mesmo estabelece

parâmetros à quantidade de estações, onde quanto maior a velocidade menor a quantidade.

As estações são divididas em intervalos de movimento que demonstram a distância de espaço e tempo entre dois registros perceptivos. A imagem abaixo apresenta a constância do tamanho do intervalo métrico em que se estabelece certo módulo de distância para a seleção das estações, deixando-se variar o tempo de deslocamento entre elas.

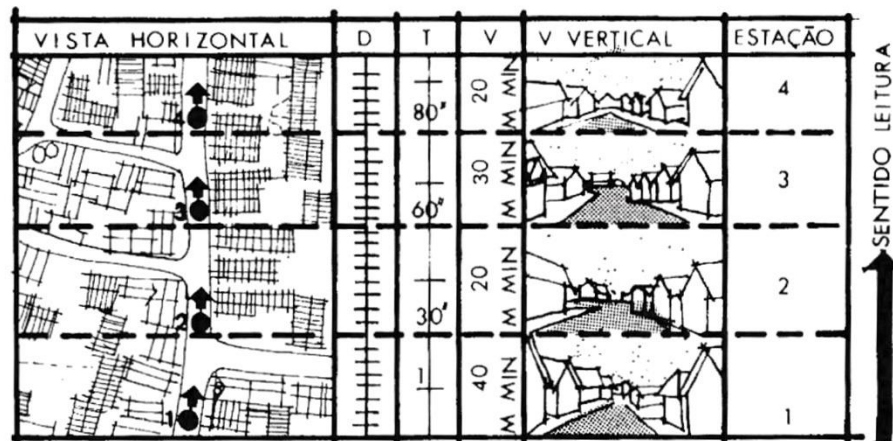


Figura 9: Constância do intervalo métrico

FONTES: MARIA ELAINE KOHLSDORF, 1996

Outro evento que a técnica de análise sequencial propõe é a de *campos visuais*, que é a porção de espaço abrangida pelo olhar do observador. Este conceito localiza-se entre a sensação e a percepção. E assim como as estações, os campos visuais também são afetados pela velocidade de locomoção do observador, onde as maiores velocidades correspondem a menores ângulos de visão e a atenção do observador se dá num ponto mais longe.

Há também o evento chamado *efeitos visuais* que estão atrelados aos efeitos de natureza visual. A sua representação acontece através da busca das superfícies estruturantes e marcantes da cena contida no campo visual do observador. Desta maneira, a relação imediata entre os indivíduos e os lugares se dá através do posicionamento do corpo com relação ao espaço físico.

A partir do desenvolvimento da noção topológica relacionado ao deslocamento do indivíduo no espaço, há a sensação de que o lugar é a extensão do próprio corpo.

Sendo assim, são criadas relações espaciais qualitativas, como são demonstradas na imagem abaixo.

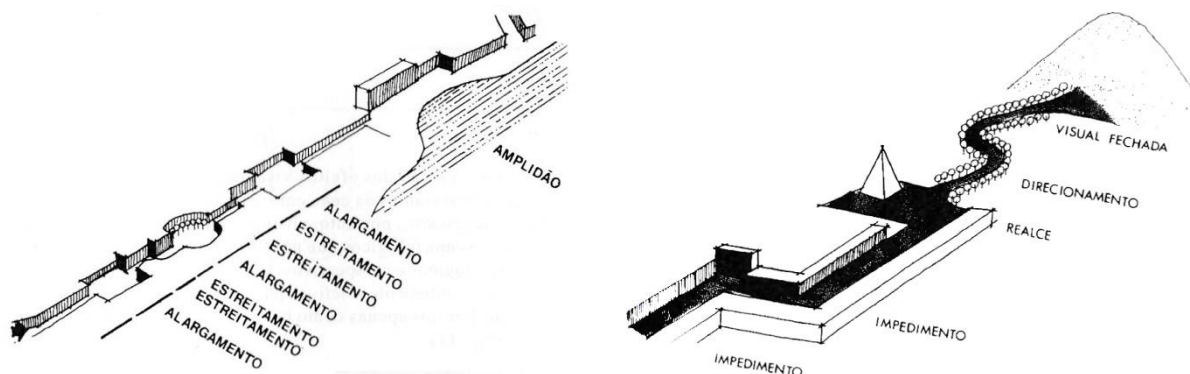


Figura 10: Relações espaciais qualitativas

FONTE: MARIA ELAINE KOHLSDORF, 1996

Díspar da análise topoceptiva trazida por Kohlsdorf (1996), Lynch (1960) caracteriza a cidade através da sua legibilidade, cujas freguesias, sinais de delimitação ou vias possuem fácil identificação e são passíveis de serem agrupados em estruturas globais. Ainda que a legibilidade ou clareza não seja a única característica importante a ser levada em conta, se faz necessário considerar a cidade não como algo em si próprio, mas sim como objeto da percepção de seus habitantes, onde ambientes distintos impedem ou facilitam o processo na qual é construída a imagem.

A clareza na imagem da cidade é produzida através de uma estrutura física vívida e integral, onde a mesma desempenha também um papel social. Conforme Lynch, esta estrutura é capaz de fornecer matéria-prima para as memórias e símbolos coletivos da comunicação entre os grupos sociais. Por conseguinte, um meio ambiente característico, legível e integral não oferece apenas segurança aos seus moradores, mas também estimula a intensidade e profundidade da experiência humana.

Além do significado social de um local, da sua função e da sua história, há outros fatores que influenciam na formação da imagem. O autor elege cinco elementos físicos capazes de auxiliar na estruturação da imagem da cidade perante seus habitantes. Mesmo que cada indivíduo tenha uma imagem própria e única, existe a

imagem pública, na qual diversas características dessas imagens únicas se assemelham. Esses elementos são: as vias, os limites, os bairros, os cruzamentos e os elementos marcantes.

O primeiro elemento, as *vias*, são os canais ao longo dos quais o observador se move. Elas podem ser ruas, passeios, canais, entre outros. Na sequência Lynch (1960) cita os *limites*, que são as fronteiras entre duas partes ou interrupções lineares da continuidade, tais como paredes, rios e grandes vias. Outro elemento, os *bairros*, é caracterizado por ser regiões onde o observador penetra mentalmente no local e desta maneira reconhece como tendo algo em comum e identificável.

Há também os *cruzamentos*, que são pontos estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar nela e os mesmo criam focos intensivos para os quais e dos quais ele se desloca. Eles podem ser cruzamentos de vias e esquinas rodeadas de outros elementos.

Como último elemento, o autor destaca os *pontos marcantes*, que são pontos de referência na qual o observador não está dentro deles, mas sim externo e desempenham a constante função de símbolo de direção. Contudo, elementos marcantes isolados, a não ser que sejam dominantes, tendem a serem referências fracas. São esses marcos as torres isoladas, colinas extensas, cúpulas, entre outros.

Os elementos acima citados trazem para o meio ambiente, além da facilidade de identificação, uma organização visível. Deste modo, o habitante poderá conhecê-lo por meio dos seus próprios significados e relações e, a partir disso, se tornará um verdadeiro lugar notável e inconfundível.

Considera-se, assim, o pressuposto teórico de que a organização espacial humana, seja na forma de assentamentos ou na forma de edifícios, é o estabelecimento de padrões de relações, que são compostos essencialmente de barreiras e permeabilidades de diversos tipos que funcionam como sanções físicas a um sistema de encontros e de restrições que constituem a sociedade. (HOLANDA, 2002. Apud Barella)

Para Sandra Barella (2010), a compreensão da paisagem urbana é uma compatibilidade de planta da cidade, padrão de formas construídas e utilização do solo urbano como um arranjo topográfico de uma área urbana construída em todos os seus níveis humanos.

Conforme afirmam Caniggia e Maffei (1995 - apud BARELLA, 2010), a análise da inter-relação entre a forma e as mudanças do tempo é uma maneira de encontrar a justificativa para a forma construída criada em uma época específica. Cada período cria um tipo diferente de habitação e cidade. A forma construída é alterada de acordo com a mudança das condições sociais e econômicas, formando um processo tipológico.

A cidade pode ser dividida em zonas classificadas, segundo o tipo básico de habitação formada em cada período de expansão. Sendo que, cada zona terá caráter próprio, individual, dado por essa dimensão de relações entre o todo e as partes, que representa mudanças significativas na evolução da cidade, refletindo determinados períodos de desaceleração ou estagnação do crescimento de uma cidade, como resultante de um especial aprendizado. (BARELLA, 2010)

Uma das abordagens metodológicas da paisagem trazidas por Barella (2010) é a paisagem enquanto percepção da constituição do valor cênico. Nesta classificação, a dimensão topoceptiva dos lugares está relacionada aos aspectos de desempenho da forma percebida, elucidada desde estímulos visuais a partir da capacidade de informar identidade através da clareza e da orientação.

A configuração dos espaços incide na noção de localização dos indivíduos a partir da percepção humana e refere-se ao atendimento de expectativas topoceptivas por meio da presença física e introdução do observador no espaço referido, na qual a visão é a principal envolvida na percepção da totalidade esperada.

O quadro a seguir apresenta a estruturação de valores como atributos visuais percebidos conforme Kohlsdorf (1996) a partir de contrastes.

VALOR CÊNIO IMAGEM	Atributo dado/criado aparência pregnância ¹	ATRIBUTO B TOPOLÓGICOS	ATRIBUTO C PERSPECTIVOS	ATRIBUTO D SEMÂNTICOS
FRACO MÉDIO FORTE	Campo visual aberto/fechado	ALARGAMENTO ESTREITAMENTO ENVOLVIMENTO AMPLIDÃO		
FRACO MÉDIO FORTE	Campo visual aberto/fechado		IMPEDIMENTO EMOLDURAMENTO DIRECIONAMENTO MIRANTE REALCE	
FRACO MÉDIO FORTE	Campo visual aberto/fechado			CLAREZA DOMINÂNCIA ORIGINALIDADE SIMPLICIDADE COMPLEXIDADE CONTINUIDADE ASSOCIATIVIDADE

Tabela 01: Estruturação de valores como atributos visuais percebidos como estímulos

FONTE: KOHLSDORF, 1996

A Tabela 1 sugere as maneiras como podem ser compreendidas as relações de orientação, identidade e estímulo visual que induzem ao movimento. Há o estabelecimento da relação entre os elementos da imagem mental de Lynch (1960) e os efeitos perceptivos que afetam o usuário do espaço.

Sandra Barella (2010) traz como metodologia o uso de quadros conclusivos, que através das abordagens de estudo até então realizadas, fornecem subsídios para uma possível preservação de paisagens relacionadas ao uso do espaço, a partir de padrões de configuração que implicam em diferenciações locais. A localização, aptidão de conexão com outros locais, transição entre lugares públicos e privados, assim como os valores associados à noção de centralidade na estruturação de pequenos centros rurais como lugares de uso social, podem estar relacionados aos aspectos de suas capacidades de articulações global e local.

Nos quadros conclusivos são relacionados os atributos físicos percebidos no objeto de estudo como composições onde esses elementos e as formas de relações e articulações auxiliam para reforçar a capacidade dos lugares em demonstrar seus valores simbólicos, adicionando a noção de que o modo como a população se desloca

ou prefere parar no espaço é o instrumento que correlacionará as cenas urbanas aos valores de memória, definindo conceitos para a paisagem cultural local.

Por fim, os valores designados às diferentes partes corroboram para a formação da noção de identidade cênica como possibilidade de apreensão e determinação dos demais valores, esses sempre associados aos valores instrumentais como respostas às necessidades simbólicas e materiais em suas representações físicas.

7. CARACTERIZAÇÃO DA LINHA LEOPOLDINA

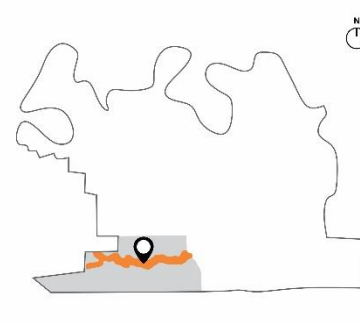
A linha Leopoldina, objeto de estudo deste trabalho, é uma das linhas do Distrito do Vale dos Vinhedos que pertence ao município de Bento Gonçalves, na região nordeste do Rio Grande do Sul, junto com outros doze municípios Rio-Grandenses: Antônio Prado, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, São Marcos, Nova Pádua, Monte Belo do Sul, Santa Teresa e Pinto Bandeira. O município também faz parte do COREDE Serra, na região 25 Vinhedos e Basalto, conforme mapas a seguir:



COREDE Serra - RS



Bento Gonçalves



Vale dos Vinhedos – Linha Leopoldina

Figura 11: Localização da Linha Leopoldina

FONTE: IBGE 2010 – ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

Situada na zona rural e ao sudoeste do município de Bento Gonçalves, a Linha Leopoldina, com cerca de 8 quilômetros de extensão, faz divisa com a linha Graciema ao sul, com a linha Zemith ao norte e com a zona urbana do município a leste.

Conforme dados do IBGE de 1996, o distrito do Vale dos Vinhedos possui uma população de 1.672 habitantes, cerca de 2% da população de Bento Gonçalves no mesmo período.

Sua economia está dividida entre a agricultura, com predominância no cultivo de videiras, indústria de bebidas e moda, além de serviços voltados ao turismo como hotéis, restaurantes e comércios. Nos últimos anos, houve grande desenvolvimento do setor turístico por interesse em suas belas paisagens com vales tomados pelo cultivo de videiras, e cultura, legado deixado pela imigração italiana local.

Sua topografia acidentada, solo fértil, alto índice de precipitação de chuvas e temperatura média no inverno de 12,1 °C e no verão de 21,7 °C, proporcionam condições favoráveis para o cultivo da uva. Este cultivo é predominante na região desde as primeiras décadas da colonização.

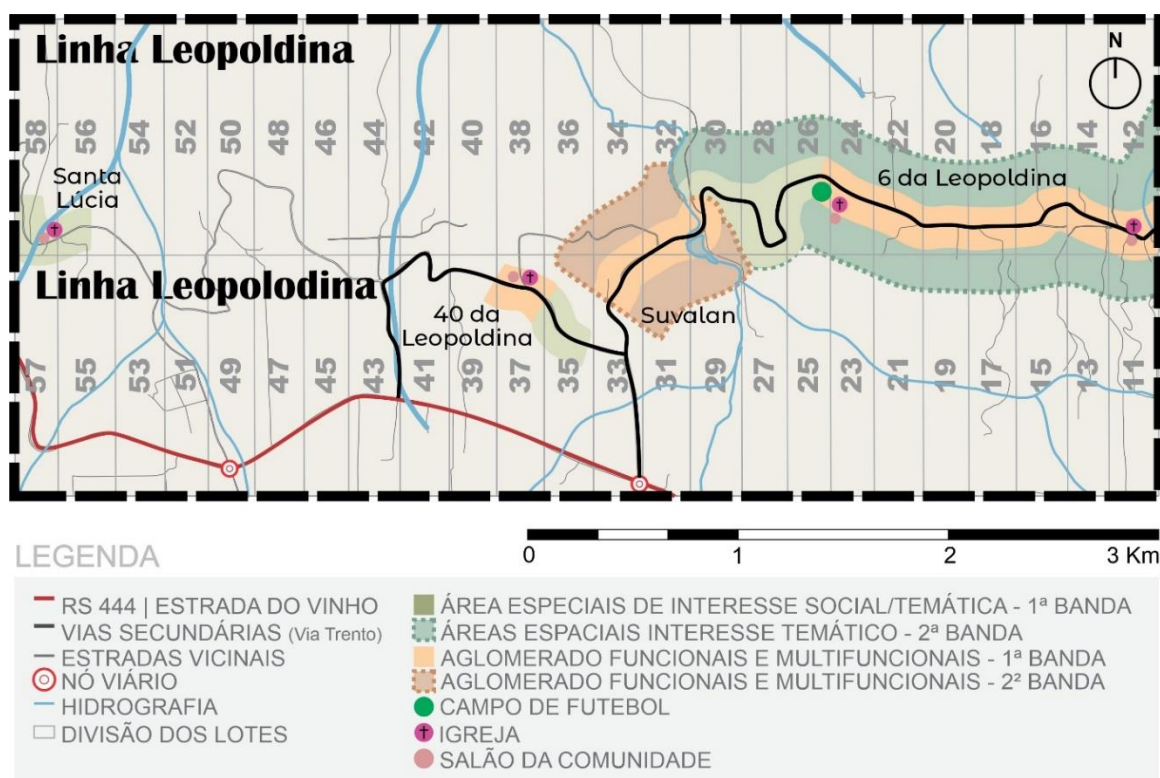


Figura 12: Mapa da Linha Leopoldina – Distrito do Vale dos Vinhedos

FONTE: MAPA BANDAS E TRECHOS IPURB - ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

Além das belas paisagens vitícolas, o enoturismo é mais intenso no inverno devido às baixas temperaturas que podem ser inferiores a 0 °C, o que gera mais interesse aos turistas vindos de todas as regiões do Brasil e até mesmo do exterior.

Desta forma, grande parte da economia gerada nos serviços locais ocorre neste período.



Figura 13: Vista aérea da Linha Leopoldina – Distrito do Vale dos Vinhedos

FONTE: GOOGLE EARTH, 2021



Figura 14: Parreirais e vista do vale – Linha Leopoldina

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021

8. DIAGNÓSTICO DO LUGAR

Este capítulo possui o objetivo de determinar percursos e conexões ao longo da Linha Leopoldina, pela Via Trento, de acordo com os critérios abordados segundo a metodologia já apresentada com a intenção de estabelecer os locais com valor cênico e visuais em potencial para assim propor sua preservação e melhor aproveitamento da cultura local.

Afim de melhor compreender as características morfológicas, funcionais e visuais da Linha Leopoldina, estabeleceu-se quatro percursos que se desenvolvem ao longo desta linha. Percursos onde foram demarcadas oito conexões, nas quais foram escolhidas devido à diversos atributos, e estas se tornam pontos importantes no decorrer do trajeto.

A coleta de dados ocorreu nos dias 21 de agosto (registro fotográfico do percurso) e 10 de outubro (registro fotográfico das conexões) de 2021. Ambos registros decorreram no período da tarde e se estenderam ao final do dia. Para a realização destes registros, fez-se necessária a visita prévia à linha Leopoldina para reconhecimento do lugar e registro das primeiras impressões.

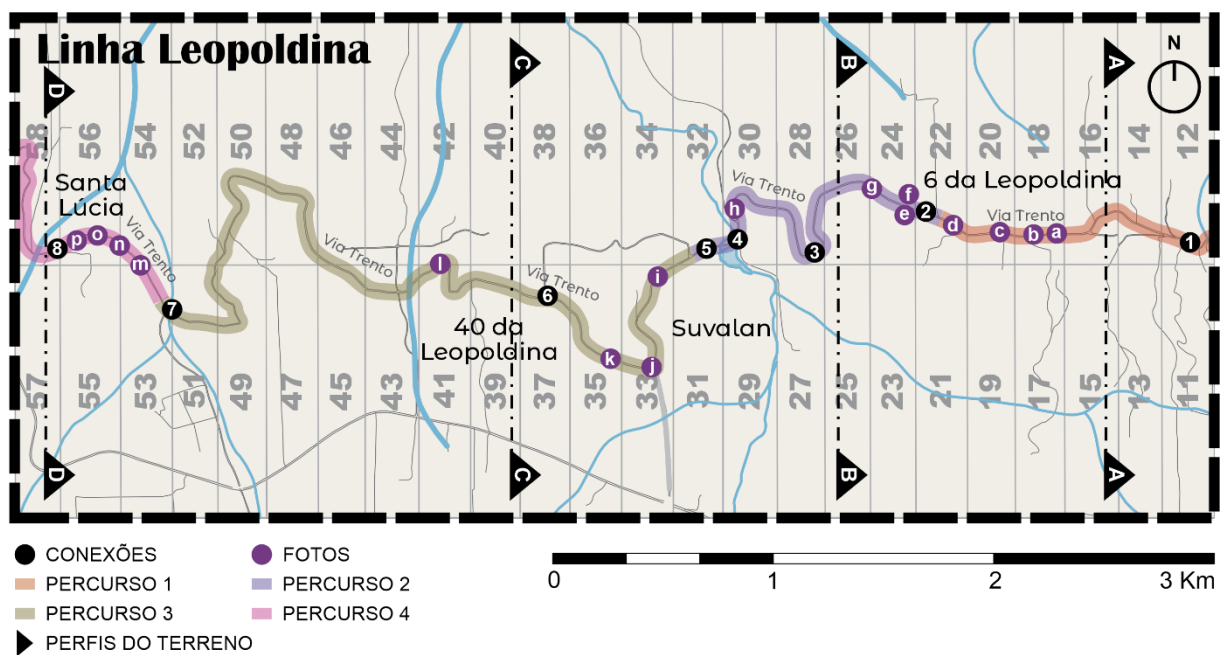


Figura 15: Mapa Percursos e Conexões – Linha Leopoldina

FONTES: IPURB - ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

A definição dos percursos ocorreu a partir da escolha de um ponto inicial e um ponto final que fossem marcantes para o expectador. Desta forma também foram escolhidas oito conexões devido ao seu valor histórico, cultural e sua relevância em relação à paisagem local.

8.1 PERCURSO 1

O **percurso 1** foi estabelecido na Via Trento, com início na **conexão C1**, onde está localizada a Capela Nossa Senhora das Neves, e fim na **conexão C2**, local onde fica a Capela Nossa Senhora das Almas. Sua extensão é de 1.225m. Neste trecho, onde seu início marca o primeiro ponto mais alto desta Linha no sentido leste-oeste, possui não apenas a Capela, mas também, como equipamentos urbanos, o Salão da Comunidade e o Ponto da Cultura.

Ao longo do percurso, há presença de diversas vinícolas com enfoque turístico, comércio varejista de roupas, capitel, pequenas zonas residenciais, diversos parreirais ao longo dos vales e demais comércios voltados principalmente ao consumo turístico.

As tipologias edificadas são, em sua maioria, de um ou dois pavimentos, tanto as voltadas ao comércio e serviço quanto as residenciais. As residências possuem caráter parcialmente rural, onde é verificada grandes dimensões de lotes, o que possibilita áreas verdes e de plantios entre uma e outra construção. Em toda a extensão deste percurso é utilizado paralelepípedo de basalto como pavimentação, o que traz uma constância na velocidade do observador que utiliza veículo.

Há a predominância de cenas visuais de campo aberto com alguns trechos de campos visuais panorâmicos. Como principais efeitos topológicos, existem estações em que há alargamento e diversos pontos com efeito mirante. Já como atributos semânticos, pode-se observar a simplicidade e a continuidade ao longo de todo o percurso.

Localizada no início do **percurso 1**, a **conexão C1** é marcada pela Capela Nossa Senhora das Neves, o salão da comunidade, vinícolas e o Ponto da Cultura, local que guarda um acervo de itens que resgatam as lembranças da colonização italiana da região.

O local está situado no ponto mais alto do início da Linha Leopoldina no sentido cidade-interior. Há a presença, além das tipologias arquitetônicas já citadas, de parreirais ao longo da paisagem dos vales. Desta forma, destaca-se o efeito mirante e a amplitude, tendo também como marco a capela, que é vista por centenas de metros por estar posicionada num alto ponto topográfico.



Figura 16: Conexão C1

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Figura 17: Visual de campo aberto

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 18: Visual de parreirais

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 19: Alargamento da Visual

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 20: Alargamento da Visual

FONTE: DA AUTORA, 2021

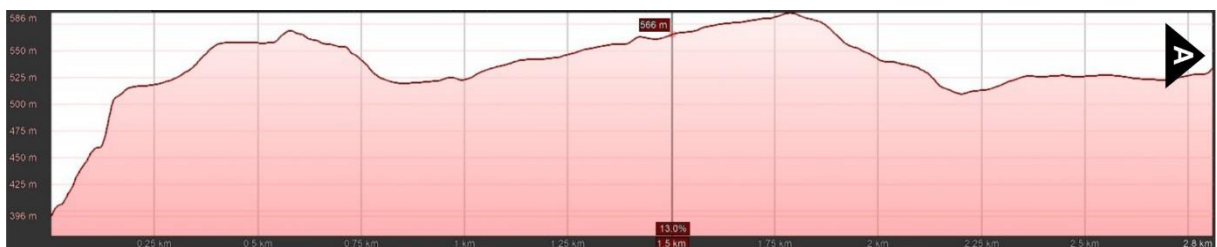


Figura 21: Perfil AA – Percurso 1

FONTE: GOOGLE EARTH 2021 - ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

8.2 PERCURSO 2

O **percurso 2** possui, aproximadamente, 1.800m de extensão e contempla mais um trecho da Via Trento. Seu início é na **conexão C2**, onde está localizada a Capela Nossa Senhora das Almas e a Subprefeitura do Distrito Vale dos Vinhedos e se estende pelas **conexões C3 e C4**, encerrando na **conexão C5**, onde está o Restaurante Zandonai.

É encontrado ao longo do percurso diversas zonas residenciais intercaladas com grandes vinícolas, comércios, atrações turísticas e capiteis. Contudo, há menor presença de massas edificadas em relação ao **percurso 1**, o que gera mais estações de amplidão, onde há vista para os vales, e impedimento nos locais com grandes massas vegetais. Algumas edificações antigas com caráter simbólico são utilizadas como comércio, atraindo maior número de visitantes ao local.

Neste percurso, as tipologias edificadas são, em sua maioria, de um ou dois pavimentos e seus usos são residencial, comercial, serviços e equipamentos públicos. Há lotes com grandes dimensões marcados por plantio de parreiras e regiões com mata virgem. Ao longo da extensão do percurso é observado a utilização de pavimento com paralelepípedo de basalto, e, como o **percurso 1**, traz constância na velocidade de deslocamento do observador.

As atrações turísticas que compõe este percurso estabelecem a clareza para as cenas e imprimem sentido de realce como marcos edificadas. Visto que possuem usos consolidados, essas edificações trazem forças à paisagem, conferindo sentido de originalidade.

A **conexão C2** é marcada por um conjunto de elementos arquitetônicos e paisagísticos que a tornam um ponto de destaque no percurso. Há a presença da Capela Nossa Senhora das Almas, um cemitério local, um salão da comunidade, um campo de futebol e, como equipamentos urbanos, a subprefeitura do Distrito do Vale dos Vinhedos e uma academia ao ar livre.

O local, marcado por um trecho plano e de caráter topológico amplo, favorece a observação do expectador que consegue visualizar toda a área e que ao fundo é possível notar a continuação dos vales, cobertos por videiras, mesmo em locais com

elevada declividade. Há também efeito de emolduramento dos vales gerado pela Capela e pela massa vegetal.



Figura 22: Conexão C2

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021

Já a **conexão C3** trata de um local com vista privilegiada para os vales, tendo sua vista até a Linha Graciema. Além disso, pode-se avistar locais com vegetação nativa, cultivo de parreirais e áreas descampadas, facilitando ainda mais a observação do entorno.

Para tirar proveito das belas visuais do local, há um bar e restaurante que atrai a população e turistas para aproveitarem também a gastronomia. O local conta com amplo espaço de estacionamento para os visitantes poderem usufruir deste ponto que apresenta efeito de mirante, conforme aponta Maria Elaine Kohlsdorf, trazendo assim clareza e continuidade ao olhar do observador.



Figura 23: Conexão C3

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021

Na **conexão C4** observa-se uma vinícola localizada em uma antiga construção que foi reformada, observando-se em destaque o corpo em madeira. Ao lado desta edificação está localizado um capitel em alvenaria, algo muito comum na região em virtude do forte apelo à religiosidade dos imigrantes italianos. Além disso, existe um

acesso à indústria da Suvalan², maior exemplar com tipologia industrial da Linha Leopoldina.

A vegetação exótica em frente à Suvalan, as palmeiras, trazem uma diferenciação visual do acesso em relação ao entorno imediato, onde há predominância de vegetação nativa com pouca alteração realizada pelos habitantes locais.



Figura 24: Conexão C4

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021

Logo após o acesso à empresa Suvalan, passando por uma pequena ponte sobre um curso d'água que atravessa a Cascata Duas Quedas, a **conexão C5** é caracterizada por um local com grande alargamento viário além de ser um trecho caracterizado por comércio e serviços voltados à população local e aos turistas. Contudo, o caráter do local é ligado ao pequeno movimento de veículos e pedestres, dando início ao trecho residencial da linha.

Além do restaurante Zandonai, está presente no local um minimercado, algumas residências, uma parada de ônibus e uma via local com grande gabarito em comparação com o restante da Via Trento.

A **conexão C5** possui campo visual fechado devido à presença de grandes massas vegetais, além de um extenso muro da empresa Suvalan. Desta forma, mesmo possuindo um perfil viário largo, há o impedimento da visual e dominância das construções ali presentes.

² Indústria de sucos de frutas, hortaliças e legumes.



Figura 25: Conexão C5

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Figura 26: Visual de campo aberto

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 27: Sub-Prefeitura

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 28: Visual de campo aberto

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 29: Visual dos vales

FONTE: DA AUTORA, 2021

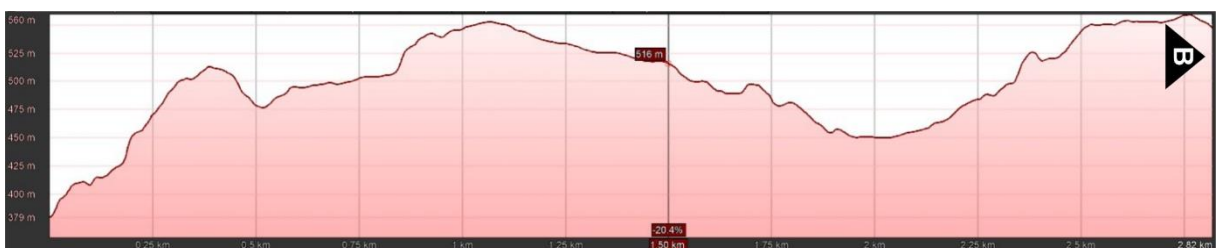


Figura 30: Perfil BB – Percurso 2

FONTE: GOOGLE EARTH 2021 - ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

8.3 PERCURSO 3

O **percurso 3** analisado foi estabelecido na continuidade da Via Trento começando após o acesso à empresa Suvalan, passando pela Capela Nossa Senhora da Glória e terminando junto à uma antiga edificação, às margens de uma via asfaltada, na **conexão C7**. Este percurso tem, aproximadamente, 4.300m de extensão, sendo o maior entre os quatro percursos.

Ao longo do itinerário, há, além da conexão onde está a Capela, o Salão da Comunidade e o cemitério, apenas pequenas massas construídas de edificações residenciais com grandes distâncias umas das outras. Nas interfaces existentes entre essas construções nota-se extensas áreas de plantação de videiras e grandes massas vegetais, conferindo caráter totalmente rural, diferente das outras conexões já analisadas.

As tipologias edificadas são, em sua maioria, de um ou dois pavimentos, resumindo-se a residências onde é verificado grandes dimensões dos lotes. Existem trechos com presença de asfalto, contudo a maior parte possui pavimentação com paralelepípedo de basalto, o que confere variação da velocidade do observador ao longo do percurso.

As cenas visuais predominantes são as de campo aberto devido à maioria das estações serem compostas por parreirais e vista dos vales, sem grandes interrupções das edificações. Como principal efeito topológico está a amplidão e verifica-se clareza e simplicidade no percurso. Em alguns casos é notado impedimento devido à variação topográfica e à presença de massas vegetais.

Na sequência, a **conexão C6** demonstra caráter predominantemente rural, onde, diferente das conexões anteriores, destaca-se pela concentração de população local. Seus elementos principais são a Capela de Nossa Senha da Glória, o salão da comunidade 40 da Leopoldina e o cemitério.

No seu entorno há a predominância de vegetação nativa de um lado e o cultivo de videiras do outro. Ambos são separados pelo alargamento da via que direciona à Capela e ao salão da comunidade, gerando os atributos de realce e dominância a essas edificações.



Figura 31: Conexão C6

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021

A penúltima **conexão (C7)** é marcada por uma travessia em uma pequena ponte ao longo de uma estrada de chão. Contudo, há uma ligação com a rodovia asfaltada que possui um fluxo de veículos diferente do trecho anterior.

Neste ponto há uma antiga edificação residencial abandonada às margens da rodovia. Aos fundos do terreno existe outra edificação de provável uso complementar com relação à principal. Do outro lado da pequena estrada de chão está o capitel Ave *Maria*, construído em alvenaria.

O campo visual é fechado, com baixa quantidade de edificações e grande quantidade de massa vegetal. O acesso à rodovia possui um efeito perspectivo em “y”, tendo impedimento na visual em decorrência ao grande talude com vegetação no meio desta bifurcação.



Figura 32: Conexão C7

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Figura 33: Visual de campo aberto, parreirais

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 34: Visual de campo aberto, parreirais

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 35: Visual de campo fechado, parreirais
 FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 36: Visual de campo aberto, parreirais
 FONTE: DA AUTORA, 2021

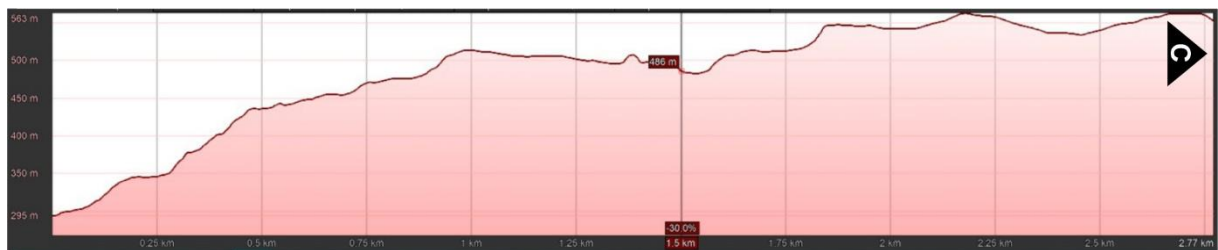


Figura 37: Perfil CC – Percurso 3

FONTE: GOOGLE EARTH 2021 - ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

8.4 PERCURSO 4

O **percurso 4** e último possui, aproximadamente, um quilômetro e contempla um trecho de via asfaltada até a chegada na comunidade Santa Lúcia, onde é a **conexão C8**. O caminho é rodeado por grandes massas vegetais e intercalado com poucas edificações, sendo algumas delas antigas e com conservação variada.

Assim como nos outros percursos, existem áreas com plantação de videiras, porém, com caráter mais próximo ao do percurso 3, que é predominantemente rural. Contudo, este é o percurso com menor influência humana na paisagem pois há grandes trechos com mata nativa, sendo assim, possui cenas visuais de campo fechado.

As poucas tipologias existentes possuem até dois pavimentos, e são predominantemente residenciais. Ao longo do percurso há um pequeno cemitério e, chegando à comunidade, encontra-se a Capela Santa Lúcia e um pavilhão para eventos da comunidade. As vegetações em frente à capela geram um emolduramento e direcionamento ao olhar.

É possível concluir que este percurso é marcado pela simplicidade e continuidade da paisagem, tendo pouca variação durante sua extensão, sendo uma delas a presença da capela e a mudança de pavimentação na entrada da comunidade.

A **conexão C8** é o ponto central da comunidade *Santa Lúcia*, última comunidade da *Linha Leopoldina*. Nela está a Capela *Santa Lúcia*, o salão da comunidade, um campo de futebol e uma pequena construção para festas dos moradores.

O local é caracterizado por ser plano e com campo visual aberto devido ao afastamento das edificações principais em relação à via de paralelepípedo. Há a presença de diversas residências no entorno destes usos principais.



Figura 38: Conexão C8

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Figura 39: Visual de campo aberto, parreirais

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 40: Cemitério

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 41: Casa bom estado de conservação

FONTE: DA AUTORA, 2021



Figura 42: Casa mau estado de conservação

FONTE: DA AUTORA, 2021

Após todo o levantamento de informação para o estudo dos percursos, é evidente que cada capela é um elemento marcante e simbólico, que por motivos históricos, transforma seu entorno, trazendo diversos usos, além de concentrar maior população. Além das capelas, há diversos capiteis ao longo dos caminhos abordados e que atribuem ao observador mais um ponto de referência, além do seu valor cênico.

As oito estações apresentadas são de fato pontos que se destacam na paisagem. Embora todas possuam elementos construídos, é a maneira em que estão na paisagem natural que valoriza ainda mais seu valor cênico. A topografia, através das massas vegetais, dos parreirais e das construções ali presentes, proporciona legibilidade e clareza ao local. Sendo assim, estas paisagens formadas pela natureza e ação do homem ao longo da história devem ser preservadas e valorizadas com o objetivo de manter as características atuais.

9. QUADROS CONCLUSIVOS

Ao final da seleção dos quatro percursos ao longo da Linha, do reconhecimento das oito estações e do registro fotográfico da área, foram elaborados dois quadros conclusivos a fim de explicar e demonstrar os valores que foram percebidos em cada trecho do núcleo rural da Linha Leopoldina. Essa percepção proporciona a capacidade de atribuir ao local o valor cênico, reconhecer sua legibilidade e orientabilidade. O desenvolvimento dos quadros foi baseado na metodologia proposta por Sandra Barella (2010) e os mesmos serão expostos após a explicação a seguir.

O primeiro quadro, que demonstra os valores de cada conexão, expõe também uma breve descrição com suas atividades, tipologias e outros atributos. As conexões demonstradas com hachuras, sendo elas a 1 e a 2, possuem todos os valores propostos.

Há nove valores que foram ou não atribuídos a cada conexão. Os valores apresentados na cor cinza não pertencem à conexão em questão, já os que estão em preto são valores pertinentes à mesma. As caracterizações presentes na tabela são:

Ecológico, Social, Econômico, Antiguidade, Histórico, Político, Científico, Estético e Cênico.

O valor **Ecológico**, conforme Barella (2010), contempla a característica de aparentar noção de continuidade da paisagem, tanto a natural quanto a construída. O **Social** traz a identidade e a força do sítio. **Econômico** reconhece a pertinência, relacionado à essência do lugar. Já a **Antiguidade** é caracterizada pela aparência pátina e memória.

Histórico é caracterizado pela representação da autenticidade, enquanto o valor **Político** reflete o simbolismo. O **Científico** está relacionado à raridade do objeto em si. O valor **Estético** representa a originalidade, integridade e unidade, já o **Cênico** é o centro da discussão pois está sempre relacionado à acessibilidade e ao sentido de conexão, visibilidade, legibilidade e pregnância.






PERCURSO	CONEXÃO EXTERNA	DESCRIÇÃO	VALORES CULTURAIS			IMAGEM
1	C1	ATIVIDADE -institucional -residencial -religiosa -paisagem natural (plano de fundo) -agricultura	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade	
		TIPOLOGIA -salão da comunidade -centro cultural -igreja -residências unifamiliares -videiras	ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/visibilidade proeminência/contiguidade circunscrição/legibilidade Pregnância	POLÍTICO simbolismo	
		AMPLA CONEXÃO VISUAL CONEXÃO VIÁRIA	CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integridade/ originalidade	HISTÓRICO autenticidade	
2	C2	ATIVIDADE -institucional -religiosa -paisagem natural (plano de fundo) -esportiva -agricultura -serviço	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade	
		TIPOLOGIA -salão da comunidade -cemitério -igreja -campo de futebol -videiras -restaurante	ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/visibilidade proeminência/contiguidade circunscrição/legibilidade Pregnância	POLÍTICO simbolismo	
		AMPLA CONEXÃO VISUAL CONEXÃO VIÁRIA	CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integridade/ originalidade	HISTÓRICO autenticidade	
	C3	ATIVIDADE -residencial -paisagem natural (plano de fundo) -agricultura -serviço	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade	
		TIPOLOGIA -restaurante -residências unifamiliares -videiras	ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/visibilidade proeminência/contiguidade circunscrição/legibilidade Pregnância	POLÍTICO simbolismo	
		AMPLA CONEXÃO VISUAL CONEXÃO VIÁRIA	CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integridade/ originalidade	HISTÓRICO autenticidade	
	C4	ATIVIDADE -residencial -religioso -paisagem natural (plano de fundo) -serviço	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade	
		TIPOLOGIA -vinícola -residência unifamiliar -capitel	ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/visibilidade proeminência/contiguidade circunscrição/legibilidade Pregnância	POLÍTICO simbolismo	
		AMPLA CONEXÃO VISUAL CONEXÃO VIÁRIA	CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integridade/ originalidade	HISTÓRICO autenticidade	
	C5	ATIVIDADE -residencial -fabril -paisagem natural (plano de fundo) -serviço	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade	
		TIPOLOGIA -residência unifamiliar -fábrica Suvalan -restaurante	ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/visibilidade proeminência/contiguidade circunscrição/legibilidade Pregnância	POLÍTICO simbolismo	
		AMPLA CONEXÃO VISUAL CONEXÃO VIÁRIA	CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integridade/ originalidade	HISTÓRICO autenticidade	

Tabela 2: Atribuição de valores culturais – Percursos 1 e 2

FONTE: BARELLA, 2010 - ADAPTADO PELA AUTORA, 2021




PERCURSO	CONEXÃO EXTERNA	DESCRIÇÃO	VALORES CULTURAIS			IMAGEM
3	C6	ATIVIDADE -institucional -residencial -religiosa -paisagem natural (plano de fundo) -agricultura TIPOLOGIA -salão da comunidade -igreja -cemitério -residências unifamiliares -videiras AMPLA CONEXÃO VISUAL CONEXÃO VIÁRIA	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade	
			ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/visibilidade proeminência/contiguidade circunscrição/legibilidade Pregnância	POLÍTICO simbolismo	
			CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integridade/ originalidade	HISTÓRICO autenticidade	
	C7	ATIVIDADE -residencial -religiosa -paisagem natural (plano de fundo) TIPOLOGIA -residência unifamiliar -capitel AMPLA CONEXÃO VISUAL CONEXÃO VIÁRIA	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade	
			ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/visibilidade proeminência/contiguidade circunscrição/legibilidade Pregnância	POLÍTICO simbolismo	
			CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integridade/ originalidade	HISTÓRICO autenticidade	
4	C8	ATIVIDADE -institucional -residencial -paisagem natural (plano de fundo) TIPOLOGIA -residências unifamiliares -igreja -salão da comunidade AMPLA CONEXÃO VISUAL CONEXÃO VIÁRIA	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade	
			ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/visibilidade proeminência/contiguidade circunscrição/legibilidade Pregnância	POLÍTICO simbolismo	
			CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integridade/ originalidade	HISTÓRICO autenticidade	

Tabela 3: Atribuição de valores culturais – Percursos 3 e 4

FONTE: BARELLA, 2010 - ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

Após a atribuição de valores para cada conexão, o segundo quadro traz a síntese dos atributos avaliados. Com o objetivo de caracterizar os percursos, estabeleceu-se três classificações: forte, média ou fraca. Esta classificação pretende estabelecer a capacidade de clareza espacial que cada um representa.

REGISTROS				AVALIAÇÃO IDENTIDADE CONFIGURACIONAL		
CONEXÃO VISUAL	CLASSE NA HIERARQUIA DE ACESSO	TIPO DE UNIDADE MORFOLÓGICA	TIPOS DE ISOVISTAS		PREDOMINÂNCIA DE COMPOSIÇÕES HOMOGÊNEAS	
PERCURSO 1					PREDOMINÂNCIA DE COMPOSIÇÕES HETEROGÊNEAS	
C1	PRINCIPAL	RUA/CAMINHO	MUITAS/CONTÍNUAS/AMPLAS		EQUILÍBRIO ENTRE CONEXÕES	
PERCURSO 2				CONTRIBUIÇÃO DA COMPOSIÇÃO PARA A CARACTERIZAÇÃO DAS CONEXÕES		
C2	PRINCIPAL	RUA/CAMINHO	MUITAS/CONTÍNUAS/AMPLAS			
C3	PRINCIPAL	RUA	MUITAS/CONTÍNUAS/AMPLAS	FORTE	MÉDIA	FRACA
C4	PRINCIPAL	RUA	POUCAS/CONTÍNUAS/AMPLAS			
C5	PRINCIPAL	RUA/CAMINHO	POUCAS/DESCONTÍNUAS/ESTREITAS			
PERCURSO 3				CONTRIBUIÇÃO DA COMPOSIÇÃO PARA A CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO ESTUDADO		
C6	PRINCIPAL	RUA/CAMINHO	MUITAS/CONTÍNUAS/AMPLAS	FORTE	MÉDIA	FRACA
C7	PRINCIPAL	RUA	POUCAS/DESCONTÍNUAS/ESTREITAS			
PERCURSO 4						
C8	PRINCIPAL	RUA/CAMINHO	MUITAS/CONTÍNUAS/AMPLAS			

Tabela 4: Quadro Síntese

FONTE: BARELLA, 2010 - ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

Através do quadro síntese é possível perceber que os percursos que mais se destacam pela capacidade de desenvolver relações visuais capazes de conformar a identidade e demonstrar a paisagem cultural da Linha Leopoldina são o 1 e 2. Estes percursos evidenciam as diversas possibilidades de visuais e conexões além de proporcionar clareza e orientabilidade. O conjunto das características citadas justifica a sua forte identidade.

As poucas ou muitas isovistas demonstradas no quadro acima apontam os diferentes alcances visuais que o expectador tem ao se deslocar por toda a Linha, trazendo características únicas que facilitam a sua orientação no lugar. Essa variação de isovistas só é possível em decorrência do relevo existente que é acidentado, demonstrado no perfil do terreno de cada percurso.

10. FICHA DE INVENTÁRIO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
SECRETARIA DE CULTURA – MUSEU DO IMIGRANTE
INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO



1. FICHA Nº:	LOCALIDADE: Linha Leopoldina – Distrito Vale dos Vinhedos
--------------	---

2. IDENTIFICAÇÃO		ROTEIROS CULTURAIS/ CONJUNTOS	
Denominação: Linha Leopoldina			
Endereço/ Localização: Via Trento, Distrito Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul			
Latitude: 29°10'36.21"S		Longitude: 51°32'55.11"O	
Roteiro turístico: Vale dos Vinhedos			
Linha: Leopoldina		APPAC: Rural, Linha Leopoldina	
Recorte temático: Paisagem cultural, imigração italiana			

3. MAPA (satélite Google Earth)	4. LOCALIZAÇÃO (LC. 200/2018- Anexo 5.3.M.E.)

5. FOTOS	
Interior e exterior da Capela Nossa Senhora das Neves na Comunidade 6 da Leopoldina FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021	



Ponto da Cultura e Salão da Comunidade na Comunidade 6 da Leopoldina
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Itens do acervo do Ponto da Cultura na Comunidade 6 da Leopoldina
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Capitel na Comunidade 6 da Leopoldina
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Parreiral com vista para o núcleo urbano de Bento Gonçalves
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Campo da Leopoldina ao lado da Capela Nossa Senhora das Almas
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Araucárias próximas à Suvalan
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Videiras apoiadas em troncos de plátanos na Comunidade 40 da Leopoldina
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021

6. SÍNTESE HISTÓRICA

O processo de colonização das áreas não ocupadas do Brasil ocorreu a partir das últimas décadas do século XIX através da chegada de milhares de imigrantes. Com o decorrer da implantação da Abolição da Escravatura, a mão-de-obra destes foi empregada para substituir o trabalho escravo, além de ter como objetivo o “branqueamento do Brasil”.

Os motivos apontados para o processo de emigração de inúmeros camponeses da Itália, durante o século XIX, foram a miséria e a fome, a dificuldade de encontrar trabalho devido ao excesso de mão-de-obra causado pelo início da industrialização, escassez de terras e as guerras ocasionadas pela Unificação Italiana. Desta maneira, os emigrantes vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida.

Contudo, os colonos não tinham o conhecimento que na sua chegada teriam de adentrar em florestas virgens, onde, há séculos, havia apenas tribos indígenas sem contato com outras culturas, além de animais selvagens que utilizavam tais matas como habitat.

Para os primeiros imigrantes que se estabeleceram em Dona Isabel (Bento Gonçalves), Conde d’Eu (Garibaldi) e Nova Palmira (Caxias do Sul) durante os anos de 1875 e 1880, houve uma tutela do governo imperial, na qual receberiam um lote e uma pequena casa de madeira, além de ferramentas para conseguir iniciar seu trabalho na terra. Existia também o auxílio de um salário até realizarem a primeira colheita. Entretanto, estes benefícios não foram oferecidos aos que chegaram posteriormente a esta data.

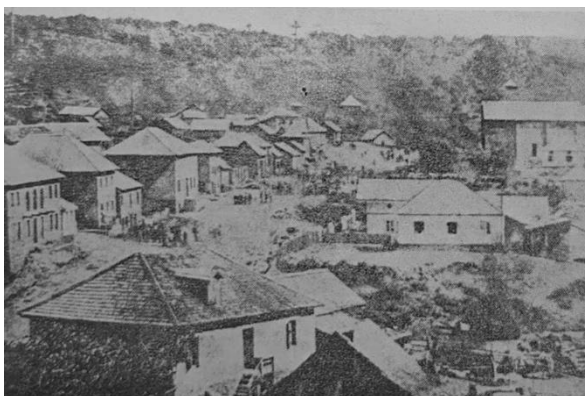
Contudo, mesmo com os auxílios não foi possível colonizar sem enfrentar problemas como o desbravamento de matas, a construção de um abrigo provisório, miséria, falta de médicos e abuso no tratamento recebido pelas autoridades. Há também o relato de materiais insuficientes para estruturar e manter o grande número de imigrantes que chegaram nestas terras a partir de 1876. (CAPRARA; LUCHESE, 1999, p. 16)

Para receber os imigrantes, Bertussi et al (1987) afirma que, as colônias ali existentes foram divididas em glebas denominadas “linhas” com formato regular e retangular mesmo a topografia da região fosse acidentada. As picadas abertas para delimitar as linhas deram início às primeiras estradas da colônia.

Segundo Caprara e Luchese (1999), é relatado ainda que as primeiras famílias foram sendo estabelecidas na Linha Estrada Geral e, na sequência, inúmeras outras famílias se assentaram nas Linhas Palmeiro, Leopoldina, Jansen, Faria Lemos, entre outras.

É exposto pelos moradores que no início da colonização da linha Leopoldina, os lotes eram considerados extensos e com pouco povoamento pelas famílias ali residentes. Desta forma, as mesmas decidiram doar a metade destas terras para os imigrantes recém chegados. Conforme afirma Júlio Lorenzoni (1975), a área de cada lote na Leopoldina passou de 484.000m² para 242.000m². Esta seria a origem do nome da Linha Graciema, vinda do termo “dada de graça”.

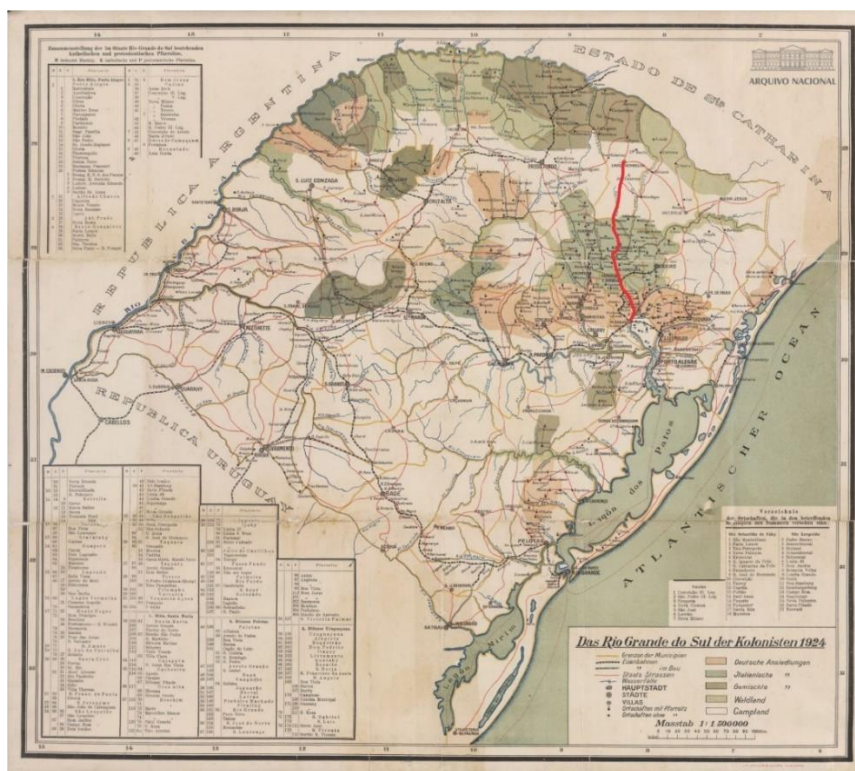
7. ICONOGRAFIA HISTÓRICA/ MAPAS/ DOCUMENTOS



Bento Gonçalves em 1883
FONTE: Júlio Lorenzoni (1975)



Bento Gonçalves em 1942
FONTE: Júlio Lorenzoni (1975)



— Linha Geral: de Lagoa Vermelha até São João de Monte Negro

Mapa dos Colonos do Rio Grande do Sul, 1924

FONTE: Arquivo Nacional do Brasil – ADAPTADO PELA AUTORA, 2021



**Antiga Capela de
Nossa Senhora da Glória – 1894**
FONTE: Saulo Pompermayer



**Atual Capela de
Nossa Senhora da Glória - 1937**
FONTE: Saulo Pompermayer



**Capela de Nossa
Senhora das Neves - 1907**
FONTE: Saulo Pompermayer



**Capela de Nossa
Senhora das Almas - 1928**
FONTE: Saulo Pompermayer



**Capela de
Santa Lúcia - 1970**
FONTE: Saulo Pompermayer

8. EDIFICAÇÕES



Edificação residencial na Comunidade 40 da Leopoldina
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Edificação residencial na Comunidade 40 da Leopoldina
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Edificação residencial na Comunidade Santa Lúcia
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Edificação residencial na Comunidade Santa Lúcia
FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Edificação com uso não identificado na Comunidade Santa Lúcia
 FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Edificação com atividade vinícola próxima à Suvalan
 FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021



Edificação com atividade comercial na Comunidade 6 da Leopoldina
 FONTE: ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA, 2021

9. ENTORNO - ELEMENTOS DA PAISAGEM

Altura edificações:	Até 3 pavimentos	Tipo de parcelamento do solo:			Lotes rurais					
Usos no entorno	Agropecuária	x	Residencial	x	Comercial	x	Industrial	x	Turístico	x
Elementos naturais	Rios/ arroios	x	Lagos/ açudes	x	Mata nativa	x	Araucarias	x	Mirante	x
Vinhedos	Latada		Espaldeira	x	Pergola	x	Em lira		Em Y	x
Apoio vinhedos	Platanos	x	Pedras	x	Moirões	x			Roseiras	
Vegetação/ cultivo	Hortas	x	Pomar	x	Jardins	x	Jerivás	x	Outros	x
Criação animais	Aves	x	Bovinos		Ovinos	x	Suínos		Equinos	
Outros:	Uso esportivo, institucional e religioso.									

10. EQUIPAMENTOS CULTURAIS/ TURÍSTICOS/ OUTROS PATRIMÔNIOS							
x	Espaço de memória	x	Oficinas culturais	x	Gastronomia típica	x	Agroindústria
x	Outros patrimônios:	Vinícolas, artesanato, salões da comunidade, capelas, capiteis					
<p>Identificar: Há na Linha Leopoldina o Pondo da Cultura, onde são armazenados diversos bens materiais, documentos, fotos e antigos utensílios de trabalho. Ali são promovidos diversos encontros e eventos para turistas e comunidade em geral a fim de promover e disseminar a cultura local. Além do Pondo da Cultura, em diversas vinícolas e restaurantes típicos é possível encontrar utensílios, técnicas e costumes provenientes dos primeiros colonos na região. Como características remanescentes da imigração italiana, é possível ver as diversas formas de fixação e disposição das videiras, utilização de dialeto italiano entre alguns moradores e festas realizadas nos salões das comunidades.</p>							

11. REFERÊNCIAS
<p>CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. Bento Gonçalves História e Memória: Distrito do Vale do Vinhedos. Bento Gonçalves: Prefeitura de Bento Gonçalves, 1999. 88p</p> <p>LORENZONI, Júlio. Memórias de um Imigrante Italiano. Tradução: Armida Lorenzoni Parreira. 1 Ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1975. 264 p.</p> <p>BERTUSSI, Paulo Iroquez et al. A arquitetura no Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto Ltda, 1978. 225 p.</p>

12. PESQUISADORES	13. DATA
Roberta D'Agnoluzzo Lorandi	15/12/2021

11. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da pesquisa realizada, em especial as últimas etapas, foi essencial para reconhecer, através da metodologia escolhida, todo o potencial atrelado ao valor cênico presente na Linha Leopoldina. É de suma importância destacar a relação entre a natureza, o cultivo dos parreirais e as edificações, que ao longo do tempo desenvolveram nesse lugar singularidade, identidade e clareza, trazendo assim, para o morador e para o visitante, maior orientabilidade e visibilidade.

Através das abordagens utilizadas para caracterizar a estrutura local por meio do ponto de vista do observador, este trabalho possui o intuito de contribuir com a valorização do local e das suas visuais, além de fortalecer sua origem minimizando as vulnerabilidades. A preservação da paisagem cultural é de grande importância,

abrangendo não apenas o entorno imediato, mas sim se estendendo ao longo do vale, onde a visual pode alcançar.

Para melhor entendimento, foi desenvolvido um mapa com áreas de interesse com o objetivo de proteger o patrimônio cultural ali presente, ainda que de formas diferentes um local do outro, e desta maneira agregar ainda mais valor cênico ao sítio, além de preservar sua identidade espacial.

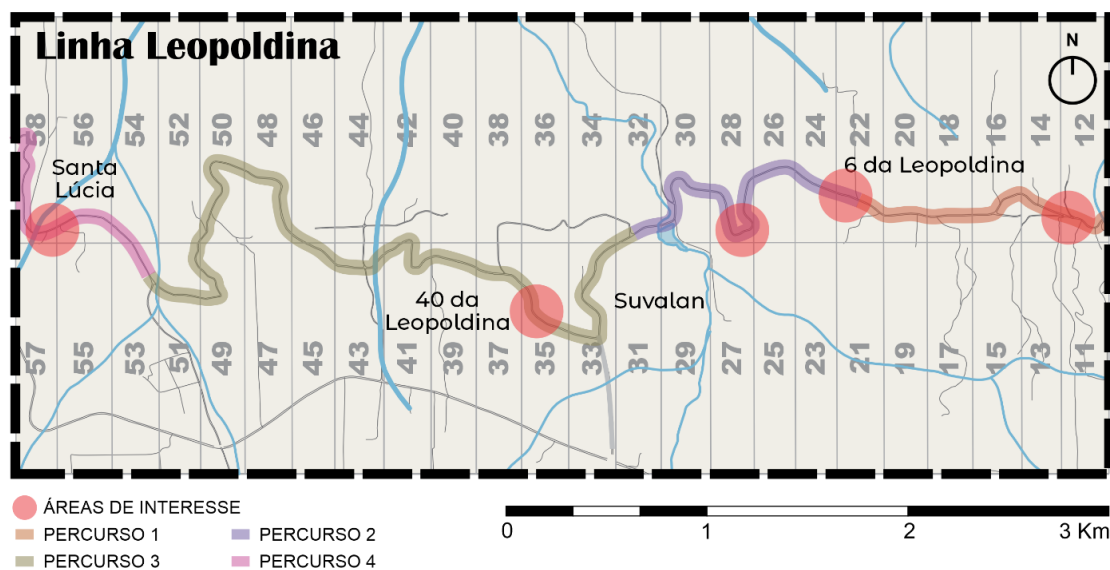


Figura 43: Mapa Áreas de Interesse – Linha Leopoldina

FONTE: MAPA BANDAS E TRECHOS IPURB - ADAPTADO PELA AUTORA, 2021

As áreas marcadas sobre os percursos 1 e 2 estão selecionadas devido ao seu potencial paisagístico através do seu amplo pano de fundo marcado pela paisagem natural intercalada com extensas áreas de videiras e ampla conexão visual. Além de serem locais com a presença de capelas, que contam um pouco da memória local através da sua história e da sua arquitetura, há residências novas e antigas e também serviços que fomentam o turismo pois estão diretamente envolvidos com a cultura local através do vinho, da gastronomia e do usufruto da paisagem para o lazer. Esse desenvolvimento turístico da região fomenta a interação entre as massas, moradores locais e visitantes.

Já nos percursos 3 e 4, as áreas destacadas tem o intuito de preservar o cunho predominantemente rural marcado pelo uso estritamente agrícola e caráter residencial esparso, sem deixar de valorizar seu potencial paisagístico. Contudo, é de interesse também preservar as relações comunitárias atreladas ao uso das igrejas e salões comunitários, atos que acontecem desde o início do desenvolvimento local.

Por fim, a identificação dos locais de maior interesse de preservação tem como foco definir objetivos e diretrizes de maneira estratégica para que haja um planejamento de desenvolvimento futuro do local estudado através do controle do seu crescimento. Tal estratégia visa evitar quaisquer perdas futuras relacionadas à paisagem cultural dos locais já demonstrados com grande valor cênico.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do desenvolvimento de todas as etapas apresentadas neste trabalho, foi possível, além de obter a apropriação do tema, ser capaz de analisar a situação atual da paisagem cultural da Linha Leopoldina. O exercício promoveu grande contribuição acadêmica e pessoal através da vivência e da observação direcionada com finalidade exploratória do local.

Este trabalho surgiu a partir da demanda do projeto Laços Patrimoniais e obteve auxílio e orientações do Museu do Imigrante. Além disso, a colaboração e apoio da comunidade local foi de suma importância para a realização de toda a pesquisa.

A identificação das visuais e potencialidades do local, além da escolha de áreas com prioridade de preservação, servirá como base para o futuro desenvolvimento de outros trabalhos e pesquisas também voltados ao estudo da Linha Leopoldina. Desta forma, o município de Bento Gonçalves terá informações suficientes para realizar qualquer interferência na Linha com a finalidade de propor sua preservação e melhor aproveitamento da cultura local.

Esta pesquisa de estágio, através do caráter exploratório, troca de informações, diversas visitas ao local e auxílio da professora orientadora Pauline Fonini Felin e da supervisora Cristiane Bertoco, estimulou o desenvolvimento das habilidades pessoais e que, por meio da metodologia, foi possível ter o contato e a sensibilidade em diversas instâncias para com a primeira linha a ser formada no Vale dos Vinhedos, a Linha Leopoldina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTROP, Marc; EETVED, Veerle Van. **Landscape Perspectives: The Holistic Nature of Landscape**. 1. Ed. Estados Unidos: Springer, 2017. 436 p.

BABELON, Jean Pierre, CHASTEL, Andre. **La notion de patrimoine: Opinion**. 1. ed. Paris: Liana Levi, 2008. 170 p.

BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Paisagem Cultural: Elementos de configuração morfológica e valores de preservação**. Dissertação de Mestrado - Curso de Arquitetura e Urbanismo – Departamento de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2010. 366 p.

BERTUSSI, Paulo Iroquez et al. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto Ltda, 1978. 225 p.

CAPEL, Horacio. **Capitalismo e morfologia urbana na Espanha: Realidade geográfica** 4. 4. Ed. Madrid: Amelia Romero Editora, 1983.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Bento Gonçalves História e Memória: Distrito do Vale do Vinhedos**. Bento Gonçalves: Prefeitura de Bento Gonçalves, 1999. 88p.

CHASTEL, André. **A invenção do inventário**. Tradução de João B. Serra. In: Revue de l'Art. Paris, CNRS, N. 87, 1990.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. 1. Ed. Madison: Univ of Wisconsin Press, 1985. 293 p.

DELPHIM, C. F. M. **O patrimônio natural do Brasil**. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

DELPHIM, C. F. M. **Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília: Iphan, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro, UFRJ, 2017. 316 p.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: Processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira**. 2 Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1975. 120p.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. 1. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1996. 253 p.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. 1 Ed. Lisboa: Edições 70, 1960, reeditado em 1996. 193p.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um Imigrante Italiano**. Tradução: Armida Lorenzoni Parreira. 1 Ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1975. 264 p.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. In: Projeto História: trabalhos da memória. Tradução: Lúcia Haddad. São Paulo: PUC-SP, 1998. p. 63-201.

MADERUELO RASO, Javier. **El paisaje: Génesis de um concepto**. 1. ed. Madrid: Abada Editores, 2006. 344 p.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoria contemporânea da restauração**. 1. ed. Belo Horizonte: Scielo – UFMG, 2003. 239 p.

PEREIRA, Danilo Celso. **Paisagem como Patrimônio**: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2018. 213 p.

PIAGET, Jean; INHELDER, Baerbel. **La représentation de l'espace chez l'enfant**. Paris: PUF, 1972.

PUOLOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente**. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 240 p.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Pesquisa e Documentação do Iphan. Rio de Janeiro: Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda, 2007. 151 p.

RIGATTI, Décio; TRUSIANI, Elio. **Arquitetura e paisagem na serra gaúcha**: Migração italiana e territorialidade. 1 ed. Roma: Nuova Cultura, 217. 322 p.

SAUER, Carl Otwin. **A Morfologia da Paisagem**. 1 ed. Malden: John Agnew; David N. Livingstone; Alisdair Rogers, 1998.

SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Tradução: Artur Morão. Covilhã: Lusofia, 2009. 18 p.

STOCKER Jr, Jorge Luís; Canal O Campanário. **Curso Paisagem e Patrimônio Cultural – Introdução conceitual | Módulo 1**. Youtube, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lpqaNndU8A8>>.

VALDUGA, Remy; Canal Fiacult Festival. **Memórias do Vale dos Vinhedos.**

Youtube, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J3sthma2Xkg>>.